

República Democrática



de São Tomé e Príncipe

Assembleia Nacional
VIII Legislatura
3ª Sessão Legislativa
Sumário das Legislações Publicadas nos Diários da República
1975 - 2007



Direcção de Serviços de Apoio Parlamentar e Documentação
Departamento de Documentação e Informação Parlamentar

Edição: Setembro de 2007

Ficha técnica:

DSAPD/DDIP

Direcção dos Serviços de Apoio Parlamentar e Documentação

Departamento de Documentação e Informação Parlamentar

Título do dossier

SUMÁRIO DAS LEGISLAÇÕES PUBLICADAS NOS DIÁRIOS
DA REPÚBLICA: 1975-2007

Pesquisa e compilação:

Serafim Monteiro da Costa

Revisão de textos:

Hélder Matos

Colecção:

Legislar, n.º 02/2007

Data de publicação:

Setembro 2007

ÍNDICE

	Página
Grandes Opções de Plano	5
Administração Financeira	5
Impostos	6
Legislação Eleitoral	7
Legislação Constitucional	10
Legislação Parlamentar	11
Leis de Imprensa	12
Administração e Território	12
Leis de Amnistia	13
Administração e Justiça	13
Administração Pública	17
Trabalho e Segurança Social	17
Legislação Cultural e Educacional	18
Legislação Ambiental e do Saneamento do Meio	19
Agricultura e Pesca	19
Comércio, Indústria e Turismo	19
Orçamento Geral de Estado	20
Decretos -Leis de 1975	24
Decretos -Leis de 1976	25
Decretos -Leis de 1977	27
Decretos -Leis de 1978	30
Decretos -Leis de 1979	34
Decretos -Leis de 1980	36
Decretos -Leis de 1981	39
Decretos -Leis de 1982	45
Decretos -Leis de 1983	48
Decretos -Leis de 1984	50
Decretos -Leis de 1985	52
Decretos -Leis de 1986	54
Decretos -Leis de 1987	55
Decretos -Leis de 1988	58
Decretos -Leis de 1989	61
Decretos -Leis de 1990	62
Decretos -Leis de 1991	64
Decretos -Leis de 1992	65

Decretos -Leis de 1993	66
Decretos -Leis de 1994	71
Decretos -Leis de 1995	73
Decretos -Leis de 1996	75
Decretos -Leis de 1997	77
Decretos -Leis de 1998	79
Decretos -Leis de 1999	80
Decretos -Leis de 2000	81
Decretos -Leis de 2001	82
Decretos -Leis de 2002	83
Decretos -Leis de 2004	83
Decretos -Leis de 2005	84
Decretos -Leis de 2006	85

Grandes Opções de Plano

Lei n.º 3/79, de 31 de Dezembro de 1979, DR, n.º 47,2.º Supl.

- Aprova o Plano Único de Desenvolvimento Económico e Social para o ano de 1980.

Lei n.º 2/85, de 31 de Dezembro de 1985, DR, n.º 20, 4.º Supl.

- Aprova o Plano Anual para o Ano de 1986.

Lei n.º 5/2005, DR n.º 10 de 23 de Junho de 2005

- Grandes Opções de Plano para o ano económico de 2005

Lei 4/2006, DR n.º 16 de 11 de Maio de 2006.

- As Grandes Opções de Plano para o ano económico 2006.

Lei n.º 12/2007, DR. n.º 14 de 19 de Abril de 2007.

- Lei que Aprova Grandes Opções de Plano para 2007.

Administração Financeira

Lei n.º 1/86, de 31 de Dezembro de 1986, DR, n.º 25, 4.º Supl.

- Aprova a Lei sobre a Administração Financeira.

Lei n.º 10/2007, DR. n.º 13 de 18 de Abril de 2007

- Fixa o momento a ser Transferido da Conta Nacional do Petróleo para Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2007.

Lei n.º 3/2007, DR. n.º 4 de 12 de Fevereiro de 2007.

- Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado.

Impostos

Lei n.º 1/76 de 22 de Dezembro de 1976, DR n.º 57

- Autoriza o Governo a arrecadar, em 1977, as contribuições, impostos e mais rendimentos do Estado e a obter outros recursos indispensáveis à administração financeira.

Lei n.º 3/77, de 19 de Dezembro de 1977, DR. n.º 54

- Autoriza o Governo a arrecadar, em 1978, as contribuições, impostos e mais rendimentos do Estado e a obter outros recursos indispensáveis à administração financeira.

Lei n.º 3/79, de 31 de Dezembro de 1979, DR. n.º 47, 2.º Supl.

- Aprova o Plano Único de Desenvolvimento Económico e Social para o ano de 1980.

Lei n.º 5/79, de 31 de Dezembro de 1979, DR. n.º 47, 2.º Supl.

- Autoriza o Governo a arrecadar Contribuições, Impostos e outros rendimentos no ano de 1980 e aprova o OGE para o ano de 1980.

Lei n.º 6/91 publicado no D.R.n.20/91

- Autoriza o Governo a legislar sobre os Impostos e Sistemas Fiscais.

Lei n.º 9/92, de 3 de Agosto de 1992, DR. n.º 16, Suplemento.

- Lei das Instituições Financeiras

Lei n.º 15/92, de 4 de Novembro de 1992, DR, n.º 24

- Autoriza o Governo à legislar sobre impostos e sistemas fiscais.

- Lei n.º 16/92, de 31 de Dezembro de 1992, DR. n.º 27.

- Lei das Finanças Locais.

Lei n.º 5/93, de Agosto de 1993, Publicado no DR n.º 11

- Autoriza o Governo a Legislar sobre Imposto e Matéria Fiscal

Lei n.º 8/95, de 28 de Setembro de 1995, DR, n.º 11

- Autoriza o Governo a legislar sobre impostos e sistema fiscal

Lei n.º 4/97, de 7 de Novembro de 1997, DR, n.º 12
- Autorização ao Governo para legislar sobre impostos e sistema fiscal.

Lei n.º 1/00 publicado no DR n.º 5/2000
- Lei de autorização Legislativa em matéria fiscal.

Lei n.º 6/01 publicado no DR n.º 8 (b)/2001
- Autorização Legislativa para Reforma do Sistema Fiscal e de Imposto.

Lei n.º 3/2002, de 20 de Dezembro de 2002, DR n.º 9/2002
- Lei de Autorização Legislativa sobre a Reforma do Sistema Fiscal.

Lei n.º 2/2005, de 7 de Junho de 2005, DR n.º 8/2005
- Lei de Autorização Legislativa para o Governo Legislar em matéria fiscal.

Lei n.º 7/2005, DR n.º 17 de 1 de Agosto de 2005
- Lei de autorização legislativa para o Governo Legislar sobre a percepção de alguns impostos.

Legislação Eleitoral

Lei n.º 2/80, de 11 de Fevereiro de 1980, publicado no DR n.º 8
- Lei Eleitoral.

Lei n.º 3/80, de 11 de Março de 1980, publicado no DR n.º 11
- Lei de aditamento a Lei n.º 2/80.

Lei n.º 2/90, de 14 de Maio de 1990, DR. n.º 5, Supl.
- Lei de Direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral.

Lei n.º 3/90, de 1 de Junho de 1990, DR. n.º 7
- Lei do Referendo.

Lei n.º 4/90, de 4 de Junho de 1990, DR. n.º 7
- Altera o Artigo 6.º da Lei n.º 2/90.

Lei n.º 5/90, de 31 de Julho de 1990, DR. n.º 10
- Altera as alíneas f), g) e h) do Artigo 1.º da Lei n.º 4/90.

Lei n.º 8/90, de 21 de Setembro de 1990, DR. n.º 13, Suplemento
- Lei dos Partidos Políticos.

Lei N.º 9/90, De 01 De Outubro De 1990, DR. N.º 14
- Determina A Forma De Constituição Do Pleno Do Tribunal Superior de Recurso.

Lei n.º 11/90, de Novembro de 1990, DR. n.º 17 de 26 de Novembro de 1990.
- Lei Eleitoral da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Lei n.º 12/90, DR n.º 17 de 26 de Novembro de 1990.
- Lei das Comissões Eleitorais.

Lei n.º 3/91, de 24 de Janeiro de 1991, DR. n.º 2
- Fixa a data da realização das Eleições Presidenciais e Legislativas.

Lei n.º 4/91, de 31 de Julho de 1991, publicado no DR. n.º 21/91, a)
- Revoga a Resolução n.º 3/90 da Assembleia Popular Nacional e dá por finda o Mandato das Assembleias Populares Distritais

Lei n.º 5/91 publicado no DR. n.º 20/91.
- Suspende a vigência da Lei n.º 10/90, por um período de 30 dias

Lei n.º 10/92, de 9 de Setembro de 1992, DR, n.º 19.
- Lei-quadro para as Autarquias Locais.

Lei n.º 11/92, de 9 de Setembro de 1992, DR. n.º 19
- Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais

Lei n.º 12/92, de 9 de Outubro de 1992, DR. n.º 22
- Lei respeitante ao processo de actualização dos cadernos eleitorais para as primeiras eleições autárquicas.

Lei n.º 1/94, de 28 de Fevereiro de 1994, DR. n.º 2
- Altera o Artigo 6.º da Lei n.º 12/90.

Lei n.º 4/94, de 20 de Setembro de 1994, DR. n.º 13, Supl.

- Autarquia Especial designada Região do Príncipe.

Lei n.º 1/95, de 13 de Janeiro de 1995, DR. n.º 1

- Altera o Artigo 54.º da Lei n.º 4/94

Lei n.º 2/95, de 20 de Março de 1995, DR. n.º 3

- Altera para 30 dias o prazo fixado no Artigo 19.º da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais para entrega das candidaturas.

Lei n.º 11/95, de 1 de Dezembro de 1995, DR. n.º 12, Suplemento

- Lei de Alteração à Lei do Direito de Sufrágio e de Recenseamento Eleitoral.

Lei n.º 1/96, de 18 de Março de 1996, DR. n.º 3

- Prolongamento do mandato do Presidente da República por um período máximo de cinco meses, a partir do dia 3 de Abril de 1996.

Lei n.º 2/96, de 29 de Maio de 1996, DR. n.º 5

- Altera o ponto n.º 1 do Artigo 31.º da Lei n.º 2/90 Lei do Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral.

Lei n.º 5/96, de 20 de Junho de 1996, DR. n.º 6

- Lei do Direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral

Lei n.º 6/96, de 29 de Agosto de 1996, DR. n.º 8.

- Lei de alteração à Lei Eleitoral

Lei n.º 2/98, de 2 de Junho de 1998, DR. n.º 4,2.º Supl.

- Cria o Gabinete Técnico Eleitoral (GTE) sob a tutela directa da Assembleia Nacional.

Lei n.º 3/98, de 2 de Junho de 1998, DR. n.º 4, Suplemento -

Alterações à lei das Comissões Eleitorais (Lei n.º 12/90)

Lei. n.º 5 publicado no DR n.º 7/2000

- Lei de alteração à Lei do direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral. (Lei N.º 2/90, de 14 de Março)

Lei n.º 7/2003, DR. n.º 9 de 25 de Julho de 2003.

- Lei de Alteração temporária dos Artigos 19.º n.º1 e do Artigo 34.º da Lei n.º 2/90 (Lei do Direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral).

Lei n.º 9/2004, de 30 de Dezembro de 2004, DR n.º 13

- Lei de Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais.

Lei n.º 10/2005, DR n.º 33, de 15 de Novembro de 2005

-Lei de Revisão da Lei-Quadro das Autarquias Locais.

Lei n.º 1/2006, DR n.º 18, de 28 de Fevereiro de 2006.

- Lei de alteração à Lei 2/90, de 14 de Maio de 1990.

Lei n.º 05/2006, DR. n.º 26, de 27 de Julho de 2006.

- Lei de Revisão da Lei n.º 11/90, de 26 de Novembro de 1990.

Legislação Constitucional

Lei Fundamental de 17 de Julho de 1975 publicado no DR. Nº 1
Constituição Política de 15 de Dezembro de 1975, publicado no DR,
n.º 39.

Lei n.º 1/80, de 7 de Fevereiro de 1980 publicado no DR. n.º 7

- Lei de revisão a Constituição de 1975.

Lei n.º 01/82, de 13 de Setembro de 1982, publicado no DR. n.º 22

- Cria o Regulamento de Controlo Popular.

Lei n.º 2/82, de 31 de Dezembro de 1982, DR. n.º 35

- Aprova a Constituição Política do País

Lei n.º 1/87, de 31 de Dezembro de 1987, DR. n.º 13,4.º Supl. -

Procede à emenda do Capítulo I da Constituição Política

Lei n.º 7/90, de 20 de Setembro de 1990, DR. n.º 13

- Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Lei n.º1/03, de 29 de Janeiro de 2003, DR n.º2
- Lei de Revisão Constitucional.
Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Legislação Parlamentar

Lei 10/90, De 26 de Novembro de 1990, DR.N.º 17
- Lei dos Titulares dos Cargos Políticos

Lei n.º 5/91 (a) publicado no DR. n.º 24/91
- Estatuto dos Titulares dos Cargos Políticos

Lei n.º 6/91 (a) publicado no DR. n.º 25/91
- Estatuto dos Deputados

Lei n.º 7/91 publicado no DR. n.º 25/91
- Lei Orgânica da Assembleia Nacional, foi revogada pela lei n.º 3/2001.

Lei n.º 6/93, de 10 de Agosto de 1993, DR. n.º 11
- Alteração à Lei n.º 7/91, foi revogada pela Lei n.º 3/2001.

Lei n.º 1/97, de 31 de Julho de 1997, DR, n.º 6
- Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos e Especiais.

Lei n.º 2/99, de 25 de Fevereiro de 1999, DR. n.º 2
- Aprova o Estatuto Remuneratório dos Cargos Políticos Regionais

Lei n.º 3/01, de 31 de Dezembro de 2001, no DR n.º 8/2.º supl.2001
- Lei Orgânica da Assembleia Nacional.

Lei n.º 8/01, DR. N.º 8 de 31 de Dezembro de 2001
- Lei de Estatuto de Direito de Oposição

Lei n.º 212007, DR. n.º 4 de 12 de Fevereiro de 2007.
- Lei do Regime dos Inquéritos Parlamentares.

Lei n.º 4/2007, DR. n.º 16 de 9 de Março de 2007.
- Lei Orgânica da Assembleia Nacional.

Leis de Imprensa

Lei n.º 2/93, de 8 de Abril de 1993, DR. n.º 5
- Lei de Imprensa.

Lei n.º 3/96, de 20 de Junho de 1996, DR. n.º 6
- Alteração à Lei de Imprensa.

Lei n.º 4/96, de 20 de Junho de 1996, DR. n.º 6
- Cria o Conselho Superior de Imprensa.

Lei n.º 1/01 publicado no DR n.º 3/2001
- Relativa ao acesso à actividade de televisão e o seu exercício no Território Nacional.

Lei n.º 2/01 publicado no DR n.º 312001
- Lei que regula o exercício da actividade de radiodifusão Nacional

Lei n.º 11/07, publicado no DR n.º 13 de Abril de 2007
- Lei sobre o Gabinete de Registo e Informação Pública.

Administração e Território

Lei n.º 1/84, de 28 de Fevereiro de 1984, DR. n.º 2
- Lei da Justiça Militar.

Lei n.º 2/94, de 27 de Maio de 1994, DR. n.º 5
- Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Lei n.º 4/91, de 24 de Janeiro de 1991, DR. n.º 2
- Dissolve a Guarda Presidencial e transfere os seus efectivos para o Ministério da Defesa e Ordem Interna.

Lei n.º 4/98, de 24 de Setembro de 1998, DR. n.º 10
- Estrutura hierárquica das Forças de Segurança e Ordem Interna.

Leis de Amnistia

Lei n.º 7/92, de 19 de Junho de 1992, DR. n.º 13

- Amnistia todos os crimes contra a segurança exterior e interior do Estado, assim como os crimes de sedição e assuada, julgados pelo extinto Tribunal Especial para Actos Contra-Revolucionários e reabilitados para todos os efeitos legais, todos os cidadãos neles envolvidos.

Lei n.º 9/93, de 14 de Dezembro de 1993, DR. n.º 16

- Prorrogação da delegação de poderes para tratamento das pretensões dos amnistiados pelos crimes contra-revolucionários.

Lei n.º 3/94, de 3 de Junho de 1994, DR. n.º 6, Supl.

- Determina que sejam amnistiados os crimes passíveis de penas de prisão de 2 a 8 anos, cujos processos se encontram na fase da instrução ou os seus agentes condenadas a cumprir uma pena ou com ela suspensa.

Lei n.º 10/95, de 19 de Outubro de 1995, DR. n.º 11, Suplemento

- Amnistia dos actos praticados pelos militares relacionados com os acontecimentos do dia 15 de Agosto de 1995.

Lei n.º 3/97, de 16 de Outubro de 1997, DR. n.º 11, Suplemento

- Amnistia dos crimes passíveis de penas correcionais e de penas de prisão de 2 a 8 anos, cujos processos se encontram na fase de instrução, ou os seus agentes condenados a cumprir uma pena ou com ela suspensa.

Lei n.º 2/00 publicado no DR n.º 5/2000

- Lei de Amnistia.

Lei n.º 6/2003, de 24 de Julho de 2003, publicado no DR. n.º 8

- Lei de Amnistia para os Militares e Civis implicados nos acontecimentos de 16/07/03.

Administração e Justiça

Lei de Nacionalidade, de 15 de Dezembro de 1975, DR. n.º 39

Lei n.º 2/77, de 28 de Dezembro de 1977, DR. Nº55, 5.º Supl.
Regula as instituições de família.

Lei n.º 1/79, de 11 de Julho de 1979, DR. n.º 22
- Lei da Organização Judiciária.

Lei n.º 4/80, de 21 de Outubro de 1980, DR n.º 50
- Lei que regulamenta a eleições dos Juízes de acordo com a Lei n.º 1/79.

Lei nº2/83, de 31 de Dezembro de 1983, DR n.º 41, Supl.
- Lei que cria o Tribunal Superior de Recursos.

Lei n.º 1/88, de 25 de Maio de 1988, DR. n.º 5
- Adita um artigo à Lei n.º 2/83, de 31 de Dezembro.

Lei n.º 1/89, de 28 de Março de 1989, DR. n.º 4
- Extingue o Tribunal Especial para Actos Contra-Revolucionários

Lei n.º 6/90, de 13 de Setembro de 1990, DR. n.º 12, 2.º Supl.
- Lei da Nacionalidade.

Lei n.º 9/90, de 01 de Outubro de 1990, DR. n.º 14
- Determina a forma de constituição do Pleno do Tribunal Superior de Recurso.

Lei n.º 8/91 publicado no DR. n.º 27/91
-Lei Base do Sistema Judiciário.

Lei n.º 9/91 publicado no DR. n.º 27/91
- Lei Orgânica do Ministério Público

Lei n.º 10/91 publicado no DR. n.º 27/91
- Estatuto dos Magistrados.

Lei n.º 2/92 publicado no DR. n.º 8/92
- Altera a Lei n.º 8/91 de 9 de Dezembro.

Lei n.º 9/93, de 14 de Dezembro de 1993, DR. n.º 16
- Prorrogação da delegação de poderes para tratamento das pretensões dos amnistiados pelos crimes contra-revolucionários.

Lei n.º 3/99, de 20 de Agosto de 1999, DR n.º 7
- Aprova a Lei Orgânica do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe.

Lei n.º 4/99, de 20 de Agosto de 1999, DR. n.º 7
- Aprova a Lei relativa aos serviços de apoio de Tribunal de Contas e o respectivo quadro do pessoal.

Lei n.º 5/99, de 20 de Agosto de 1999, DR. n.º 7
- Aprova a Lei sobre procedimentos no Tribunal de Contas.

Lei n.º 6/99, de 20 de Agosto de 1999, DR. n.º 7
- Aprova a Lei sobre emolumentos a cobrar pelo Tribunal de Contas.

Lei n.º 7/99, de 20 de Agosto de 1999, DR. n.º 7
- Aprova a Lei sobre a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Lei n.º 8/99, de 20 de Agosto de 1999, DR. n.º 7
- Aprova a Lei sobre prestação de contas.

Lei n.º 12/99 de 31 de Dezembro de 1999 DR n.º 15/5º Supl.
- Regula o processo de Extradicação dos Cidadãos estrangeiros envolvidos nas actividades ilícitas de droga.

Lei n.º 1/2002, D.R. n.º 9 de 20 de Dezembro de 2002
- Lei de alteração do artigo 9.º da Lei 3/99 (Lei orgânica do Tribunal de Contas).

Lei n.º 5/2002, de 30 de Dezembro de 2002, DR n.º 10, 2.º supl.
- Lei de Detenção, Medidas de Coação e de Garantia Patrimonial.

Lei n.º 3/2003, de 2 de Junho de 2003, publicado no DR, n.º 7

- Lei de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdades.

Lei n.º 8/2003 D.R. n.º 11 de 14 de Agosto de 2003

- Lei Relativa aos Crimes Contra a Propriedades e o Património.

Lei n.º 9/2003, D.R. n.º 11 de 14 de Agosto de 2003

- Lei que rectifica os desajustes e adequa os serviços do Tribunal de Contas.

Lei n.º 10/2003 DR n.º 15 de 27 de Outubro de 2003.

- Lei que adopta a nova grelha Salarial para os funcionários da Administração Pública e actualiza os subsídios dos Agentes dos Ministérios da Educação e da Saúde e das Forças Militares Paramilitares.

Lei n.º 10/2006, DR n.º 46 de 22 de Dezembro de 2006.

- Lei que regula o Estatuto da Ordem dos Advogados.

Lei n.º 01/2007, DR. n.º 4, de 12 de Fevereiro de 2007.

- Lei do Exercício do Direito de Petição.

Lei n.º 8/2007, DR. n.º 21 de 25 de Maio de 2007.

- Lei que aprova o Código do Imposto sobre Sucessões e Doações. Administração Pública.

Lei n.º 2/76, de 22 de Dezembro de 1976, DR. n.º 57

- Lei que fixa os dias considerados feriados nacionais.

Lei n.º 1/77, de 22 de Fevereiro de 1977, DR. n.º 5

- Procede a Divisão Administrativa do País.

Lei n.º 5/80, de 21 de Novembro de 1980, publicado no DR n.º 53

- Lei de Divisão Político-Administrativa.

Lei sobre Feriados e datas Marcantes a Nível Nacional e Distritais, publicado no DR n.º 53, de 21 de Novembro de 1980.

Lei n.º 1/82, de 13 de Setembro de 1982, DR. n.º 22

- Aprova o Regulamento dos Grupos do Controle Popular.

Lei sobre o Código de Conduta, de 26 /12/ 1986, DR. n.º 24
- Aprova o Código de Conduta e de defesa dos interesses da colectividade.

Lei n.º 2/97, de 31 de Julho de 1997, DR, n.º 6
- Estatuto Remuneratório do Regime Geral da Função Pública.

Lei n.º 5/97, de O 1 de Dezembro de 1997, DR. n.º 14
- Estatuto da Função Pública.

Lei n.º 4/2004, de 18 de Junho de 2004, DR n.º 7
- Lei que institucionaliza o dia 22 de Abril como Dia da Cidade de São Tomé.

Lei n.º 6/2005, DR n.º 17, de 1 de Agosto de 2005
- Lei para a institucionalização do Estatuto do Combatente da Liberdade da Pátria.

LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA

Trabalho e Segurança Social

Lei n.º 2/79, de 30 de Julho de 1979, DR. n.º 28
- Lei de Segurança Social.

Lei n.º 4/79, de 31 de Dezembro de 1979, DR. n.º 47, 2.º Supl.
- Lei da Justiça Laboral.

Lei n.º 1/90, de 8 de Maio de 1990, DR. n.º 5
- Lei da Segurança Social.

Lei n.º 01/91, de 24 de Janeiro de 1991, DR. n.º 2
- Reconhece a Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe (ONTSTP).

Lei n.º 2/91, de 24 de Janeiro de 1991, DR. n.º 2

- Protege a actividade sindical do País.

Lei n.º 4/92, 28 de Maio de 1992, DR. n.º 11

- Lei da greve.

Lei n.º 5/92, de 28 de Maio de 1992, DR. n.º 11

- Lei Sindical.

Lei n.º 6/92, de 11 de Junho de 1992, DR. n.º 12

- Lei que aprova o Regime Jurídico das Condições Individuais de Trabalho.

Lei n.º 3/93, de 23 de Abril de 1993, DR. n.º 6

- Lei de Direito de Reunião e de Manifestação.

Lei n.º 7/93, de 16 de Novembro de 1993, DR. n.º 15

- Lei que determina que todos os funcionários que atingiram a idade da reforma no ano de 1991 e que a data da publicação da Lei de Segurança Social tenham completado 25 anos de serviço de contribuição passem a ser beneficiados com a pensão de reforma na base do estatuído no então Estatuto do Funcionalismo Público.

Lei n.º 1/99, de 25 de Fevereiro de 1999, DR. n.º 2

- Lei que cria o Conselho Nacional de Concertação Social.

Lei n.º 4/2003, de 2 de Junho de 2003, publicado no DR. n.º 7

- Lei sobre a Prestação de Trabalho ao Favor da Comunidade.

Lei n.º 4/2002, de 30 de Dezembro de 2002, DR n.º 10

- Lei sobre a Requisição Civil.

Legislação Cultural e Educacional

Educação

Lei n.º 11/93, de 31 de Dezembro de 1993, DR, n.º 17,4º Supl.

- Lei de Ensino Particular e Cooperativo.

Lei n.º 21/2003, de 2 de Junho de 2003, publicado no DR, n.º 7

- Lei Base do Sistema Educativo.

Cultura

Lei n.º 4/2003, de 2 de Junho de 2003, publicado no DR. n.º 7
- Lei do Património Histórico-Cultural Nacional.

Legislação Ambiental e do Saneamento do Meio

Lei nº10/99 de 31 de Dezembro de 1999 DR nº15/5º Supl.
- Define a base da política de Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável da RDSTP

Lei n.º 6/2006, de 2 de Agosto de 2006, DR. n.º 29
- Lei que cria o Parque Natural Obô de São Tomé.

Lei nº 7/2006, de 2 de Agosto de 2006, DR nº 29
- Lei que cria o Parque Natural Obô do Príncipe.

Agricultura e Pesca

Lei n.º 3/91, de 31 Julho de 1991, DR.nº21
- Cria quadro jurídico institucional regulador da Propriedade Fundiária

Lei n.º 11/99 de 31 de Dezembro de 1999 DR nº15/5º Supl.
- Lei de Conservação da Fauna, Flora e das Áreas Protegidas

Lei n.º 5/01 publicado no DR n.º 8(a) 2001
- Lei de Florestas

Lei n.º 9/2001, de 31 de Dezembro de 2001
- Lei da Pesca e Recursos Haliêuticos

Comércio, Indústria e Turismo

Lei n.º 13/92, de 15 de Outubro de 1992, DR. n.º 23
- Código de Investimento.

Lei n.º 14/92, de 15 de Outubro de 1992, DR. n.º 23
- Lei Quadro da Reforma de Empresas Estatais.

Lei n.º 4/00 publicado no DR n.º 5/2000
- Lei-quadro da Actividade Petrolífera.

Lei n.º 4/01 publicado no DR n.º 8/2001
- Lei relativa a Propriedade Industrial.

Lei n.º 1/2004, de 7 de Abril de 2005, DR n.º 4
- Lei que define o quadro jurídico-legal regulador dos jogos de fortuna ou azar em São Tomé e Príncipe.

Lei n.º 3/2004, de 2 de Julho de 2004, DR n.º 6
- Lei que define as regras aplicáveis ao estabelecimento, à gestão e à exploração de redes de telecomunicações nacionais e ao fornecimento de serviços de telecomunicações.

Lei n.º 8/2004, de 30 de Setembro de 2004, DR n.º 13
- Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas.

Lei n.º 1/2005, de 7 de Junho de 2005, DR n.º 8
- Lei de Autorização para a Movimentação, a Débito, da Conta Nacional do Petróleo.

Lei n.º 11/2007, DR. n.º 13 de 18 de Abril de 2007.
- Lei sobre o Gabinete de Registo e Informação Pública.

Orçamento Geral de Estado

Lei n.º 1/78, de 30 de Dezembro de 1978, DR. n.º 52, 4.º Supl.

- Autoriza o Governo a arrecadar a receita do Estado e aprova o OGE para o ano de 1979.

Lei n.º 5/79, de 31 de Dezembro de 1979, DR. n.º 47, 2.º Supl.

- Autoriza o Governo a arrecadar Contribuições, Impostos e outros rendimentos no ano de 1980 e aprova o OGE para o ano de 1980.

Lei n.º 2/81, de 31 de Dezembro de 1981, publicado no DR n.º 38 de 1981, 2.º Suplemento.

- Aprova e põe em vigor o Orçamento Geral para o ano Económico de 1982

Lei n.º 1/83, de 31 de Dezembro de 1983, DR. n.º 41, Supl.

- Aprova e põe em vigor o OGE para o ano económico de 1984

Lei n.º 2/84, de 31 de Dezembro de 1984, DR. n.º 16, 2.º Supl.

- Aprova e põe em vigor o OGE para o ano económico de 1985.

Lei n.º 1/85, de 31 de Dezembro de 1985, DR. n.º 20, 4.º Supl.

- Aprova o OGE para o ano de 1986.

Lei n.º 2/86, de 31 de Dezembro de 1986, DR. n.º 25, 5.º Supl.

- Aprova o OGE para 1987, o Orçamento da Segurança Social e o Programas e Projectos Plurianuais.

Lei n.º 2/87, de 31 de Dezembro de 1987, DR. n.º 14, 2.º Supl. –

- Aprova o OGE para o ano económico de 1988

Lei n.º 2/88, de 31 de Dezembro de 1988, DR. n.º 30, Supl.

- Manda executar o Orçamento para o ano de 1988.

Lei n.º 6/91 publicado no DR. n.º 20/91

- Autoriza o Governo a legislar sobre os Impostos e Sistemas Fiscais.

Lei n.º 11/91 publicado no D.R. n.º 29/91.

- Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 1992.

Lei n.º 1/92 publicado no DR. n.º 8/92.

-Autoriza o Governo a utilizar por regime de duodécimos o Orçamento do ano anterior e os créditos autorizados durante o mesmo até 31 de Março de 1992.

Lei n.º 3/92 publicado no DR. n.º 8/92.

- Prorroga a vigência do Orçamento Geral do Estado de 1991 por duodécimo até a aprovação do OGE de 1992.

Lei n.º 17/92, de 31 de Dezembro de 1992, DR. n.º 27, 6.º Supl. –

- Aprova o OGE para o ano económico de 1993.

Lei n.º 10/93, de 31 de Dezembro de 1993, DR. n.º 17, 3.º Supl. -

Aprova o OGE para o ano económico de 1994.

Lei n.º 5/94, de 30 de Dezembro de 1994, DR. n.º 20, 6.º SupL -

Aprova o OGE para o ano económico de 1995.

Lei n.º 12/95, de 31 de Dezembro de 1995, DR. n.º 15, 10.º Supl. -

Aprova o OGE para o ano económico de 1996.

Lei n.º 6/97, de 31 de Dezembro de 1997, DR. n.º 17, Suplemento -

Aprova o OGE para o ano económico de 1997.

Lei n.º 7/97, de 31 de Dezembro de 1997, DR. n.º 17, 6.º Supl.

Aprova o OGE para o ano económico de 1998.

Lei n.º 6/98, de 31 de Dezembro de 1998, DR. n.º 17, 4.º Supl.

Aprova o OGE para o ano económico de 1999.

Lei n.º 3/00 publicado no DR n.º 6/2000

- Lei de Autorização Legislativa em relação ao OGE 2001.

Lei n.º 7/00 publicado no DR n.º 9/2000

- Orçamento Geral do Estado para o ano Económico 2001.

Lei n.º 2/02 publicado no DR. n.º 9/2002, de 20 de Dezembro de 2002

- Orçamento Geral do Estado para o ano económico 2002.

Lei n.º 11/2003, de 31 de Dezembro de 2003, DR. n.º 1612003 .
Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2003.

Lei n.º 2/2004, de 4 de Junho de 2004, DR n.º 5/2004
- Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2004.

Lei n.º 4/2005, DR n.º 10 de 23 de Junho de 2005
- Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2005.

Lei n.º 8/2005, DR n.º 17 de 1 de Agosto de 2005
- Lei de alteração à Lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2005.

Lei n.º 2/2006, DR. n.º 10 de 7 de Abril de 2006.
- Lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2006

Lei n.º 9/2007, DR. n.º 13 de 18 de Abril de 2007.
- Lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2007.

DECRETOS -LEIS 1975 -2006

Lei nº1/75 de 28/07/1975, DR n.º 3, Cria no quadro do pessoal do Ministério da Administração Interna um lugar de Comissário do Governo na Ilha do Príncipe.

Dec. Lei nº3/75 de 28/07/1975, DR n.º 3, Extingue o lugar de Presidente do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social e dota o de Chefe de Departamento.

Dec. Lei nº4/75 de 04/08/1975, DR n.º 6, Determina que seja interdita a utilização dos aeroportos de São Tomé e Príncipe pelos aviões sul-africanos ou de outros países com destino ou provenientes da África do Sul.

Dec. Lei nº7/75 de 14/08/1975, DR n.º 11, Concede amnistia e perdão àqueles que se encontram privados da liberdade.

Dec. Lei nº8/75 de 14/08/1975, DR n.º 11, Determina que poderão ser julgados, durante as férias judiciais, todos os autos de acção de processos sumários e sumaríssimo pendentes.

Dec. Lei nº9/75 de 27/08/1975, DR n.º 14, Considera de utilidade pública e de interesse nacional o fundo instituído pelos trabalhadores de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº10/75 de 27/08/1975, DR n.º 14, Extingue a Polícia de Segurança Pública e cria a Polícia de Segurança Popular.

Dec. Lei nº17/75 de 18/09/1975, DR n.º 20, Define os quadros orgânicos dos Gabinetes dos Ministros do Governo Provisório.

Dec. Lei nº18/75 de 18/09/1975, DR n.º 20, Aprova o Estatuto Orgânico do Gabinete da Presidência da República.

Dec. Lei nº19/75 de 25/09/1975, DR n.º 22, Determina que seja declarada de utilidade urgente e simultaneamente nacionalizada a empresa agrícola denominada «Roça Monte Forte».

Dec. Lei nº20/75 de 30/09/1975, DR n.º4, Cria o Fundo de Aquisição, Construção, Reconstrução e Reparação de Casas do Estado. Brigada de Fomento Agro - Pecuário. Repartição dos Serviços de Finanças.

Dec. Lei nº23/75 de 31/10/1975, DR n.º 33, Define a situação e estrutura os Serviços de Marinha (Capitania dos Portos e Defesa Marítima).

Dec. Lei nº24/75 de 31/10/1975, DR n.º33, Determina que sejam consideradas de utilidade pública e nacionalizadas várias empresas agrícolas deste País.

Dec. Lei nº25/75 de 15/12/1975, DR n.º 39, Regulamenta a emissão de concessão de passaporte.

Dec. Lei nº27/75 de 19/12/1975, DR n.º 40, Altera a taxa da alínea u) do artigo 24.º, nº1, do Código do Imposto de Rendimento.

Dec. Lei nº32/75 de 30/12/1975, DR n.º 42 (S), Cria um tribunal denominado Tribunal Especial para Actos Contra - Revolucionários.

Dec. Lei nº35/75 de 30/12/1975, DR n.º 42 (4ºS), Introduce alterações no quadro de pessoal do gabinete do Ministro da Coordenação Económica, Cooperação e Turismo, e ao artigo 1.º do Código do Imposto de Rendimento.

Dec. Lei nº36/75 de 30/12/1975, DR n.º 42 (4ºS), Aprova e põe em execução a partir de 1 de Janeiro de 1976, o Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1976.

Dec. Lei nº11/76 de 06/02/1976, DR n.º 5, Promulga a orgânica dos serviços de Finanças.

Dec. Lei nº5/76 de 19/02/1976, DR n.º 8, Manda que sejam perdoadas as penas de prisão e outras aos réus, desde que se mostrem regenerados os recuperados para a vida em sociedade.

Dec. Lei nº8/76 de 22/03/1976, DR n.º 13, Autoriza o Ministro da Coordenação Económica, Cooperação e Turismo a contratar com o Banco Nacional Ultramarino um empréstimo em moeda local até ao montante de 70000 contos.

Dec. Lei nº9/76 de 06/04/1976, DR n.º16, Autoriza o Ministro da Coordenação Económica, Cooperação e Turismo a contratar em moeda local até ao montante de 7500 contos.

Dec. Lei nº13/76 de 30/04/1976, DR n.º 20, Autoriza o Ministro da Coordenação Económica, Cooperação e Turismo a atribuir benefícios fiscais às novas unidades industriais que se instalem no País.

Dec. Lei nº16/76 de 24/05/1976, DR n.º 23, Autoriza a transferência das atribuições, do activo e passivo do departamento de São Tomé e Príncipe do Banco Nacional Ultramarino para o Banco de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº19/76 de 30/06/1976, DR n.º 28, Revê o regime jurídico do imposto sobre consumos.

Dec. Lei nº20/76 de 21/06/1976, DR n.º 27, Cria o Instituto Nacional de Educação e Cultura.

Dec. Lei nº23/76 de 15/07/1976, DR n.º 30, Dá esclarecimentos sobre a circulação de notas bancárias neste País.

Dec. Lei nº36/76 de 28 /08/1976, DR n.º 36, Extingue a partir da data da publicação deste decreto-lei, a Inspeção do Comércio Bancário de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº37/76 de 28/08/1976, DR n.º 36, Extingue a partir da data da publicação deste decreto-lei, a Caixa de Crédito de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº41/76 de 03/09/1976, DR n.º 37, Aprova e põe em execução a Lei Orgânica do Banco Nacional de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº52/76 de 22/12/1976, DR n.º7, Cria o quadro orgânica do Departamento de Segurança Nacional.

Dec. Lei nº53/76 de 31/12/1976, DR n.º 58 (S), Cria e introduz alterações nos lugares de diversos serviços.

Dec. Lei nº53-A/76 de 31/12/1976, DR n.º 58 (3ºS), Cria e extingue vários lugares nos quadros de pessoal da Direcção dos Serviços de Saúde.

Dec. Lei nº53-B/76 de 31/12/1976, DR n.º 58 (3ºS), Introduce alterações ao Código de Imposto de Rendimento, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 50/75, de 20 de Junho.

Dec. Lei nº53-C/76 de 31/12/1976, DR n.º 58 (3ºS), Introduce várias alterações nos quadros de pessoal de alguns departamentos públicos.

Dec. Lei nº54/76 de 31/12/1976, DR n.º 58 (4ºS), Aprova e põe em execução, a partir de 1 de Janeiro de 1977, o Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1977.

Dec. Lei nº10/77 de 14/05/1977, DR n.º18, Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe a emitir moedas em ouro e prata com curso legal até o montante de 1000000000 de dobras.

Dec. Lei nº11/77 de 14/05/1977, DR nº 18, Fixa as taxas sobre as quantidades de produtos agrícolas exportados.

Dec. Lei nº13/77 de 01/06/1977, DR nº 20, Determina que seja eliminada a designação «Serviços de Transportes Aéreos, passando a denominar-se Linhas Aéreas de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº14/77 de 20/07/1977, DR nº 26, Sanciona o Acordo de Empréstimo assinado em Viena em 16 de Maio de 1977, entre o Governo da república Democrática de São Tomé e Príncipe e o Fundo Especial da OPEP.

Dec. Lei nº15/77 de 20/07/1977, DR n.º 26, Introduce alterações nos quadros de pessoal de alguns serviços públicos.

Dec. Lei nº19/77 de 27/07/1977, DR n.º 27, Integra nos diversos Ministérios da República determinadas actividades anteriormente cometidas às extintas Câmara Municipal de São Tomé e Comissão Municipal do Príncipe.

Dec. Lei nº20/77 de 27/07/1977, DR n.º 27, Cria um adicional de 30 por cento sobre as colectas do imposto de rendimento de importância igualou superior a 260000\$00.

Dec. Lei nº23/77 de 07/09/1977, DR n.º 34, Define os termos e condições em que se processará a recolha das notas e moedas emitidas no período colonial, e a entrada em circulação das notas e moedas nacionais.

Dec. Lei nº26/77 de 16/09/1977, DR n.º 37, Autoriza o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, a aceitar em nome da República Democrática de São Tomé e Príncipe, a qualidade de membro do «Fundo Monetário Internacional» do «Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento» e da «Associação Internacional de Desenvolvimento».

Dec. Lei nº27/77 de 22 /09/1977, DR nº 38, Define as características das notas e moedas em vigor neste País.

Dec. Lei nº28/77 de 22/09/1977, DR nº 38, Publica a lei monetária do País.

Dec. Lei nº31/77 de 03/10/1977, DR nº 40, Cria na Direcção dos Serviços de Água e Electricidade, Cooperação e Turismo.

Dec. Lei nº34/77 de 11/10/1977, DR nº 42, Cria vários lugares no quadro de pessoal do Gabinete do Ministério da Saúde.

Dec. Lei nº36/77 de 24/10/1977, DR n.º 45, Altera as taxas da contribuição predial rústica.

Dec. Lei nº37/77 de 24/10/1977, DR nº 45, Fixa as taxas a cobrar ao abrigo das disposições do Diploma Legislativo n.º 699, de 26 de Novembro de 1994.

Dec. Lei nº38/77 de 24/10/1977, DR nº 45, Fixa as taxas constantes da tabela I aprovada pelo Diploma Legislativo nº352, de 18 de Março de 1952.

Dec. Lei nº43/77 de 07/11/1977, DR n.º 47, Fixa em Db 2,80 a taxa do imposto de consumo sobre a gasolina.

Dec. Lei nº52/77 de 28/12/1977, DR n.º 55 (S), Cria a Comissão Nacional de Produtividade.

Dec. Lei nº53/77 de 28/12/1977, DR nº 55 (S), Cria vários lugares nos quadros do pessoal dos serviços públicos.

Dec. Lei nº54/77 de 28/12/1977, DR n.º 55 (S), Introduce alterações nos quadros de pessoal dos Serviços de Educação.

Dec. Lei nº55/77 de 28/12/1977, DR n.º 55 (S), Cria vários lugares no quadro do pessoal da Direcção dos Serviços de Saúde.

Dec. Lei nº60/77 de 28/12/1977, DR n.º 55 (2ºS), Altera o quadro geral da Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe e põe em vigor o novo quadro do pessoal da mesma estação de radiodifusão.

Dec. Lei n.º 62/77 de 28/12/1977, DR n.º 55 (7.ºS), Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo do decreto - Lei n.º 20/77, de 27 de Julho.

Dec. Lei n.º 63/77 de 28/12/1977, DR n.º 55 (7.ºS), Procede algumas rectificações no quadro de pessoal da Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei n.º64/77 de 31/12/1977, DR n.º56, Abre um crédito especial da quantia de Dbs. 1500000,00.

Dec. Lei n.º65/77 de 31/12/1977, DR n.º 56, Aprova e põe em execução, a partir de 1 de Janeiro de 1978, o Orçamento Geral do Estado para o ano económico.

Dec. Lei n.º4/78 de 11/04/1978, DR n.º15, Cria secções de contabilidade junto de diversos Serviços Públicos.

Dec. Lei n.º5/78 de 11/04/1978, DR n.º15, Cria no quadro geral dos Serviços de Finanças dois lugares de sub-inspector de Finanças.

Dec. Lei n.º13/78 de 06/06/1978, DR n.º 23, Cria um Gabinete do Conselho de Ministros.

Dec. Lei n.º14/78 de 16/06/1978, DR n.º 25, Delimita a extensão do mar territorial da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei n.º15/78 de 16/06/1978, DR n.º 25, Estabelece a zona económica exclusiva situada fora do mar territorial.

Dec. Lei n.º18/78 de 14/08/1978, DR n.º34, Altera as taxas do imposto de consumo que incidem sobre certas mercadorias.

Dec. Lei n.º21/78 de 08/09/1978, DR n.º37, Reestrutura Orçamento Geral do Estado.

Dec. Lei n.º22 e 23/78 de 08/09/1978, DR n.º 37, Simplificam a elaboração de determinados elementos que fazem parte do Orçamento Geral do Estado.

Introduz alteração no quadro do pessoal de Gabinete do Ministério da Coordenação Económica, Cooperação e Turismo.

Dec. Lei nº31/78 de 24/10/1978, DR n.º 43, Estabelece novo horário de trabalho.

Dec. Lei nº31/78 de 24/10/1978, DR n.º 43, Determina que sejam confiscadas diversas propriedades agrícolas.

Dec. Lei nº32/78 de 24/10/1978, DR n.º 43, Determina que sejam confiscadas diversas propriedades agrícolas.

Dec. Lei nº33/78 de 24/10/1978, DR n.º 43, Determina que todas as actividades cometidas ao Fundo de Comercialização transitem para a competência da Direcção do Comércio Externo.

Dec. Lei nº34/78 de 24/10/1978, DR n.º 43, Cria a Direcção - Geral do Comércio, Indústria e Pesca. Extingue a Repartição dos Serviços de Economia.

Dec. Lei nº36/78 de 18/11/1978, DR n.º 47, Cria a Comissão Nacional para o Ano Internacional da Criança.

Dec. Lei nº37/78 de 18/11/1978, DR n.º 47, Determina que seja realizada no ano de 1979 um Recenseamento Geral da População, em todo território da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº38/78 de 18/11/1978, DR n.º 47, Cria diversos lugares no Gabinete do Ministro do Plano.

Dec. Lei nº49/78 de 30/12/1978, DR n.º 52 (3ºS), Determina que haja uma Direcção, Departamento ou Secção do Plano que assegure a ligação entre os organismos da Administração Central do Estado e o Ministério do Plano.

Dec. Lei nº50/78 de 30/12/1978, DR n.º 52 (3ºS), Publica a Orgânica do Ministério do Plano.

Dec. Lei nº51/78 de 30/12/1978, DR n.º 52 (3ºS), Aprova o Regulamento de Entrega das Receitas Eventuais.

Dec. Lei nº53/78 de 30/12/1978, DR n.º 52 (4ºS), Substitui a Tabela B, aprovada pelo artigo 1.º do Diploma Legislativo n.º 610, de 15 de Dezembro de 1981.

Dec. Lei nº64/78 de 30/12/1978, DR n.º 52 (8ºS), Aprova e põe em execução, a partir de 1 de Janeiro de 1979, o Orçamento Geral do Estado para o mesmo ano económico.

Dec. Lei nº1/79 de 23/01/1979, DR n.º1, Disciplina a utilização de viaturas do Estado.

Dec. Lei nº2/79 de 09/02/1979, DR n.º3, Regula direitos e obrigações de senhorios e inquilinos de casas destinadas a habitação ou utilizadas por serviços públicos.

Dec. Lei nº3/79 de 14/02/1979, DR n.º4, Aprova a tabela dos subsídios diários a atribuir às missões ou comissionados do País que se deslocam em missão oficial de serviço.

Dec. Lei nº4/79 de 14/02/1979, DR n.º 4, Regulamenta a utilização de terrenos para a construção de casas.

Dec. Lei nº5/79 de 10/03/1979, DR n.º8, Remodela o Ministério de Agricultura.

Dec. Lei nº6/79 de 10/03/1979, DR n.º 8, Aprova o Regulamento Geral dos principais órgãos comuns dos organismos da Administração Central do Estado.

Dec. Lei nº7/79 de 20/03/1979, DR n.º 9, Remodela o Ministério do Trabalho e Providência Social.

Dec. Lei nº8/79 de 20/03/1979, DR n.º 9, Regulariza a concessão de cartas de condução aos membros do Corpo Diplomático e outros, acreditados junto da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº9179 de 20/03/1979, DR n.º 9, Aprova o estatuto orgânico dos Gabinetes dos Ministros do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº10/79 de 20/03/1979, DR n.º 9, Regulariza o sistema de importação de automóveis, mercadorias e artigos diversos para membros do Corpo Diplomático e outros acreditados, junto da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº11/79 de 20/03/1979, DR n.º 9, Cria, sob dependência do Ministério da Defesa e Segurança Nacional, a Milícia Popular.

Dec. Lei nº12/79 de 20/03/1979, DR n.º 9, Determina que aos membros do Corpo Diplomático e outros, seja concedida, em regime de reciprocidade, a isenção de direitos e outras taxas sobre automóveis de passageiros.

Dec. Lei nº13/79 de 20/03/1979, DR n.º 9, Determina que passe a funcionar, junto do Tribunal Especial para Actos Contra Revolucionários, um Procurador Popular.

Dec. Lei nº14/79 de 20/03/1979, DR n.º 9, Cria, sob tutela do Ministério de Agricultura, diversas empresas agro-pecuárias em São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº16/79 de 28/03/1979, DR n.º 10, Aprova o Regulamento do Curso de Formação de Professores - Primários.

Dec. Lei nº18/79 de 18/04/1979, DR n.º 12, Define a estrutura da Inspeção de Finanças.

Dec. Lei nº19/79 de 18/04/1979, DR n.º12, Integra os vencimentos do pessoal do Cartório Notarial no Orçamento Geral do Estado. Revoga o Decreto nº 43899, de 6 de Setembro de 1961.

Dec. Lei nº20/79 de 18/04/1979, DR n.º 12, Revoga os artigos 1.º do Decreto-Lei n.º 35567 e 18.º do Decreto-Lei n.º 36414, respectivamente de 30 de Março de 1946 e 14 de Julho de 1947 e o artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo vigente.

Dec. Lei nº21/79 de 18/04/1979, DR nº12, Define a estrutura orgânica do Ministério das Construções, Transportes e Comunicações.

Dec. Lei nº22/79 de 07/05/1979, DR n.º 14, Define a estrutura organizativa do Ministério da Educação Nacional e Desporto.

Dec. Lei nº23/79 de 07/05/1979, DR n.º 14, Define a estrutura organizativa do Ministério da Informação e Cultura.

Dec. Lei nº24/79 de 16/05/1979, DR n.º 15, Cria a Direcção de Segurança e Ordem Interna.

Dec. Lei nº25/79 de 16/05/1979, DR n.º 15, Regula a idade mínima de ingresso nas fileiras das Forças Armadas Revolucionárias.

Dec. Lei nº26/79 de 16/05/1979, DR n.º15, Define a Lei Orgânica do Ministério da Justiça.

Dec. Lei nº27/79 de 16/05/1979, DR n.º 15, Publica o Estatuto Orgânico do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Dec. Lei nº28/79 de 16/05/1979, DR n.º 15, Extingue a taxa criada pelo artigo 1.º da Portaria n.º 4556, de 24 de Outubro de 1968 e cria o imposto especial sobre valor fiscal dos produtos agrícolas e florestais exportados.

Dec. Lei nº29/79 de 16/05/1979, DR nº 15, Define a Lei Orgânica do Ministério da Saúde.

Dec. Lei nº32/79 de 06/06/1979, DR nº 17, Aprova o Estatuto Orgânico do Ministério das Indústrias, Comércio e Pesca.

Dec. Lei nº33/79 de 21/06/1979, DR nº 20, Cria diversas empresas estatais de Comércio.

Dec. Lei nº34/79 de 21/06/1979, DR nº 20, Cria diversas empresas estatais industriais.

Dec. Lei nº37/79 de 27/06/1979, DR n.º 21, Cria a Comissão Nacional de Fomento de Habitação e o Fundo Nacional de Fomento de Habitação.

Dec. Lei nº38/79 de 11/07/1979, DR n.º 22, Dá nova redacção aos artigos 6º e 9º do Decreto-Lei nº 52/77, de 19 de Dezembro. - Cria uma Delegação da Comissão Nacional de Produtividade, na Província do Príncipe e cria a Comissão de Produtividade nos Centros do Trabalho, Empresas e Serviços.

Dec. Lei nº39/79 de 11/07/1979, DR n.º 22, Determina que seja feita uma revisão à Lei Orgânica do Banco Nacional de São Tomé e Príncipe. -Extingue o Conselho de Administração do Banco.

Dec. Lei nº41/79 de 17/07/1979, DR n.º 24, Integra o crime de mercenarismo na legislação nacional.

Dec. Lei nº42/79 de 17/07 /1979, DR n.º 24, Cria diversos lugares nos quadros do pessoal da Imprensa Nacional.

Dec. Lei nº43/79 de 03/08/1979, DR n.º 28, Determina o dia do 1.º Recenseamento Geral da População e da Habitação.

Dec. Lei nº46/79 de 07/09/1979, DR n.º 33, Dá carácter voluntário ao pagamento das Quotas para o Fundo de Reconstrução Nacional.

Dec. Lei nº47/79 de 07/09/1979, DR n.º 33, Altera o horário de trabalho instituído pelo Decreto - Lei nº 31/78, de 24 de Outubro.

Dec. Lei nº50/79 de 07/09/1979, DR n.º 33 (S), Determina que haja uma estreita coordenação entre o Ministério do Plano e o Ministério da Educação Nacional e Desporto com o fim de satisfazer as necessidades em técnicos na matéria de economia.

Dec. Lei nº64/79 de 29/12/1979, DR n.º 47, Procede à rectificação da parte dispositiva do & Único do artigo 3º do Decreto - Lei nº 51/79.

Dec. Lei nº65/79 de 29/12/1979, DR nº 47, Aprova as «Normas para autorização de transferências relativas às operações de invisíveis correntes e de capitais e para o controlo cambial»,

Dec. Lei nº70/79 de 31/12/1979, DR nº 47 (S), Aprova e põe em execução, a partir de 1 de Janeiro de 1980, o Orçamento Geral do Estado, para o mesmo ano económico.

Dec. Lei nº71/79 de 31/12/1979, DR nº 47 (2ºS), Eleva para Dbs. 2670,00 a quantia do salário mínimo mensal em todo o território nacional.

Dec. Lei nº3/80 de 07/02/1980, DR n.º 2, Cria no interesse público, um processo simplificado que possibilita, rapidamente, a inscrição tardia no nascimento, a pedido dos próprios registados.

Dec. Lei nº4/80 de 22/02/1980, DR nº 9, Concede abonos de subsídios ao agregado familiar dos trabalhadores de função pública que se deslocam ao estrangeiro, por determinação do Governo.

Dec. Lei nº5/80 de 22/02/1980, DR nº 9, Determina que sejam julgados, em processo sumário, os infractores presos em flagrante delito, por crimes cujas penas não excedam dois anos de prisão ou multa até Db 80000,00.

Dec. Lei nº6/80 de 22/02/1980, DR nº9, Estabelece normas especial de combater a prática de aquisição de produtos e objectos furtados.

Dec. Lei nº7/80 de 22/02/1980, DR nº 9, Regula e atribui à competência do Ministério Público o exercício das funções da acção penal.

Dec. Lei nº8/80 de 28/02/1980, DR nº 10, Determina que a apresentação de vacinação anti-variólica deixe de ser exigida para o cumprimento de quaisquer formalidades na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei 0º10/80 de 28/02/1980, DR nº 10, Cria a Empresa Estatal de Combustível e Óleos, abreviadamente «ENCO».

Dec. Lei nº12/80 de 17/03/1980, DR n.º 12, Determina que se providencie sobre a ordem a que o julgamento dos arguidos se subordine a regras processuais simplificadas.

Dec. Lei nº15/80 de 28/03/1980, DR n.º 14, Determina que se revertam para o Orçamento Geral do Estado todas as receitas que se achavam consignadas aos extintos Fundo de Ajuda Social e de Acção Social.

Dec. Lei nº16/80 de 28/03/1980, DR n.º 14, Determina que, provisoriamente, as nomeações ou promoções para os lugares de chefia nos quadros da Administração Pública só poderão fazer-se mediante autorização do Conselho de Ministros.

Dec. Lei nº21/80 de 10/05/1980, DR n.º 21, Cria um sistema único de Seguros Nacional na República Democrática de São Tomé e Príncipe que abrange toda a actividade seguradora e resseguradora.

Dec. Lei nº22/80 de 10/05/1980, DR n.º 21, Cria a Empresa de Seguros e Resseguros na República democrática de São Tomé e Príncipe denominada «A COMPENSADORA».

Dec. Lei nº24/80 de 29/07/1980, DR n.º 35, Altera vários quadros constantes do Decreto-Lei n.º 70/79, de 31 de Dezembro.

Dec. Lei nº25/80 de 29/07/1980, DR n.º 35, Acrescenta vários números ao artigo 101º do Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores, aprovado pelo artigo 1º do Decreto n.º 417/71, de 20 de Setembro.

Dec. Lei nº26/80 de 29/07/1980, DR n.º 35, Determina que seja promovida urgentemente a erradicação do Paludismo em todo o País.

Dec. Lei nº27/80 de 29/07/1980, DR n.º 35, Determina que sejam fixados os salários mensais aos professores do ensino liceal e preparatório que não possuem as habilitações exigidas para o exercício das respectivas funções.

Dec. Lei nº29/80 de 05/08/ 1980, DR nº 36, Introduce o princípio do cálculo económico nas Empresas Estatais a partir do exercício do ano de 1981.

Dec. Lei nº30/80 de 05/08/1980, DR nº 36, Determina que seja permitida a realização de investimentos estrangeiros em São Tomé e Príncipe por parte de entidades de reconhecida idoneidade e capacidade técnica e financeira.

Dec. Lei nº33/80 de 19/08/1980, DR nº 39, Revê algumas disposições da Lei n.º 1/77, de 5 de Janeiro, à luz da Lei nº 1/80, de 30 de Janeiro.

Dec. Lei nº34/80 de 23/08/1980, DR n.º 40, Estabelece as normas que permitem uma coordenação eficaz da actividade de elaboração de dados estatísticos nacionais dos organismos da Administração Central do Estado.

Dec. Lei nº35/80 de 30/08/1980, DR nº 41, Determina que sejam instituídas, no Território da República Democrática de São Tomé e Príncipe, as Caixas Populares.

Dec. Lei nº38/80 de 13 /09/1980, DR nº 43, Elimina o período complementar do exercício a que se refere o artigo 1º do Decreto nº39738, de 23 de Julho de 1954.

Dec. Lei nº40/80 de 21/10/1980, DR nº 50, Determina que sejam punidos nos termos do presente diploma quaisquer actos que infringjam a lei e regulamentos cambiais estabelecidos, com prejuízo para a economia nacional.

Dec. Lei nº41/80 de 21/10/1980, DR nº50, Determina que seja reorganizado do Património Nacional até ao dia 31 de Dezembro de 1980, de acordo com o novo sistema de contabilidade económica Nacional.

Dec. Lei nº42/80 de 21/10/1980, DR nº 50, Elimina do quadro do pessoal da Direcção do Plano do Ministério da Agricultura o lugar de

técnico de formação geral de 1.^a classe e cria um lugar de primeiro oficial no quadro do pessoal da mesma Direcção.

Dec. Lei nº44/80 de 13/11/1980, DR n.º 52, Cria o lugar de Director do Hospital Dr. Ayres de Menezes, no quadro do pessoal da Direcção dos Hospitais do Ministério da Saúde e Desporto.

Dec. Lei nº48/80 de 21/11/1980, DR n.º 53, Autoriza o Ministro do Plano a contrair um empréstimo até ao montante de Db200000000,00 no Banco Nacional de São Tomé e Príncipe, em representação do Estado.

Dec. Lei nº51/80 de 03/12/1980, DR n.º 54, Dá nova redacção ao artigo 2.º do Decreto - Lei n.º 27/80, de 29 de Julho.

Dec. Lei nº52/80 de 03/12/1980, DR n.º 54, Determina que, aos trabalhadores de função pública recrutados até 30 de Novembro de 1980 contra o disposto no artigo 26.º do Decreto - Lei n.º 70/79, de 31 de Dezembro, seja reconhecido o direito à retroactividade do pagamento dos respectivos salários.

Dec. Lei nº55/80 de 11/12/1980, DR n.º 55, Define um critério que regulamenta a designação de «Técnico», atribuída a diversas categorias profissionais.

Dec. Lei nº58/80 de 18/12/1980, DR n.º 56, Prevê a reconstrução do Orçamento Geral do Estado.

Dec. Lei nº64/80 de 30/12/1980, DR n.º 58 (S), Atribui uma remuneração complementar mensal de Dbs.2500,00 aos servidores do Estado colocados na República Democrática de São Tomé e Príncipe em Lisboa.

Dec. Lei nº5/81 de 21/02/1981, DR n.º 4, Aprova as «Normas para autorização de transferências relativas às operações de invisíveis correntes e de capitais e para o controlo cambial».

Dec. Lei nº6/81 de 27/02/1981, DR n.º 5, Cria a Empresa Nacional de Medicamentos, abreviadamente «ENAMED».

Dec. Lei nº7/81 de 23/04/1981, DR nº 10, Cria o serviço Nacional de Saúde (SNS).

Dec. Lei nº8/81 de 23/04/1981, DR nº 10, Cria diversas empresas estatais.

Dec. Lei nº9/81 de 23/04/1981, DR nº 10, Dá nova redacção ao artigo 7º do Decreto-Lei nº 10/80, de 28 de Fevereiro.

Dec. Lei nº10/81 de 23/04/1981, DR nº 10, Cria o quadro do pessoal do Gabinete da Secretaria do Estado dos Transportes e Comunicações.

Dec. Lei nº11/81 de 23/04/1981, DR nº 10, Altera para as letras «I» e «J» os lugares de técnicos de formação média de 2ª e Y classe, respectivamente, do Ministério do Plano.

Dec. Lei nº12/81 de 23/04/1981, DR nº 10, Determina que seja aditado mais um número ao artigo 16º do Decreto - Lei nº 58/80, de 18 de Dezembro.

Dec. Lei nº13/81 de 04/05/1981, DR nº 11, Institucionaliza o ensino técnico profissional na República Democrática de São Tomé e Príncipe, enquadrado no sistema nacional do ensino.

Dec. Lei nº14/81 de 04/05/1981, DR nº 11, Determina que sejam criados e dotados diversos lugares no quadro do pessoal das assembleias Populares Distritais de Mé Zochi e Lobata.

Dec. Lei nº15/81 de 04/05/1981, DR nº 11 (S), Aprova o Formulário Terapêutico Nacional (FTN).

Dec. Lei nº17/81 de 28/05/1981, DR nº 14, Aumenta diversos lugares ao quadro do pessoal dos Serviços Públicos. - Reconhece aos certos servidores do Estado o direito à percepção dos seus vencimentos, a partir das determinadas datas.

Dec. Lei nº20/81 de 27/06/1981, DR nº 17, Elimina do Orçamento Geral do Estado diversos lugares. - Cria e manda aumentar vários lugares aos seus respectivos quadros de pessoal.

Dec. Lei nº21/81 de 27/06/1981, DR nº 17 (S), Autoriza o Ministro do Plano a contrair um empréstimo até ao montante de três milhões de dólares, no Banco Nacional E.P., Empresa Pública, com sede em Lisboa, Portugal.

Dec. Lei nº21/81 de 13/07/1981, DR nº 18, Determina que todos os Ministérios, departamentos, Empresas e Instituições sociais elaboram o projecto do Plano de desenvolvimento Sócio-Económico para os anos de 1982 -1985. - Estabelece normas especiais para a mesma elaboração.

Dec. Lei nº22/81 de 13/07/1981, DR nº 18, Abre dois créditos especiais, em adicional à tabela das despesas correntes do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1981.

Dec. Lei nº23/81 de 27/07/1981, DR nº 19, Orienta e regulamenta a realização do 1.º Recenseamento Geral da População e Habitação, Residente no Território Nacional.

Dec. Lei nº26/81 de 05/08/1981, DR nº 20, Cria a Escola Técnica e Profissional.

Dec. Lei nº27/81 de 11/08/1981, DR nº 20 (S), Prorroga de 12 para 17 de Agosto o prazo fixado para a recolha dos Boletins do Recenseamento.

Dec. Lei nº2-8/81 de 11/078/1981, DR nº 21, Aprova os Estatutos da Caixa Popular da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº29/81 de 11/08/1981, DR nº 21, Autoriza a Caixa Popular a praticar diversas taxas de juros.

Dec. Lei nº31/81 de 20/08/1981, DR nº 22 (S), Sanciona o Contrato de Empréstimo assinado em Viena a 20 de Julho de 1981 entre o Governo da RDSTP e o Fundo Especial da OPEP.

Dec. Lei nº32/81 de 29/08/1981, DR nº 23 (S), Sanciona o Contrato de Empréstimo autorizado pelo Decreto -Lei n.º 19/81, assinado em Lisboa, no dia 24 de Julho de 1981, entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco de Fomento Nacional, E.P.

Dec. Lei nº33 e Dec. Lei n.º 34/81 de 01/09/1981, DR nº 23 (2ºS), Abrem vários créditos especiais, em adicional à tabela das despesas correntes do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1981.

Dec. Lei nº35/81 de 03/09/1981, DR nº 24, Cria a Comissão Nacional para o «Ano Internacional dos Deficientes Físicos Mentais, sob o alto patrocínio de Sua Excelência o Chefe do Estado.

Dec. Lei nº36/81 de 03/09/1981, DR n.º 24, Dá direito ao gozo de trinta dias de fêria a todo o trabalhador, após onze meses de efectivo serviço.

Dec. Lei nº33 e 34/81 de 09/09/1981, DR nº 25, (devidamente rectificadas), Abre vários créditos especiais, em adicional à tabela das despesas correntes do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1981.

Dec. Lei nº38/81 de 16/09/1981, DR nº 26, Dá nova redacção ao artigo 9º do Decreto-Lei n.º6/81, publicado no Diário da República n.º 5, de 27 de Fevereiro do corrente ano.

Dec. Lei nº40/81 de 29/09/1981, DR nº 28, Abre um crédito especial de Db 12000000,00, a inscrever em adicional ao Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1981.

Dec. Lei nº41/81 de 08/10/1981, DR nº 29, Abre um crédito especial no valor de Db 8070000,00.

Dec. Lei nº40/81 de 08/10/1981, DR nº 29, Autoriza o Ministro do Plano a contrair no Banco Nacional de São Tomé e Príncipe, em representação do Estado, um empréstimo até ao montante de Db

320000000,00, destinado a custear as despesas com a construção e o apetrechamento da nova fábrica de cerâmica.

Dec. Lei nº44/81 de 17/10/1981, DR nº 30, Define normas para o efeito dos cálculos das amortizações técnicas em valor, concernente ao determinado pelo artigo 16º do Decreto-Lei nº 48/78, de 30 de Dezembro.

Dec. Lei nº45/81 de 17/10/1981, DR nº 30, Abre vários créditos especiais no Orçamento Geral do Estado, da importância total Db.25453200,00.

Dec. Lei nº46/81 de 17/10/1981, DR nº 30, Aprova o contrato de construção e venda de um barco arrastão congelador de 53.75 mts. ET, assinado em 27 de Março de 1981, em Madrid, entre a Empresa de Pesca do Ministério da Agricultura e Pesca e a Construciones Navales Paulino Freire, S.A

Dec. Lei nº47/81 de 17/10/1981, DR nº 30, Outorga ao banco Nacional de São Tomé e Príncipe poderes para negociar e assumir as obrigações derivadas do contrato de financiamento a assinar com o Banco Exterior de Espanha S.A, com sede em Madrid, no montante de quatro milhões, duzentos e cinquenta mil dólares.

Dec. Lei nº48/81 de 05/11/1981, DR nº 33, Determina que seja dotado o lugar de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no quadro do pessoal da Embaixada e Consulado da República Democrática de São Tomé e Príncipe em Lisboa.

Dec. Lei nº49/81 de 05/11/1981, DR nº 33, Cria a Comissão Técnica adstrita ao Conselho de Ministros sob a presidência de um membro do Governo.

Dec. Lei nº50/81 de 05/11/1981, DR nº 33, Determina que seja atribuída à Empresa Estatal «TRANSCOLMAR» o exclusivo de planificação, armazenagem e distribuição de peças sobressalentes, máquinas e viaturas automóveis para todo o País.

Dec. Lei nº51/81 de 05/11/1981, DR n.º 33, Introduce diversas alterações nos quadros do pessoal das Direcções dependentes do Ministério do Plano.

Dec. Lei nº52/81 de 05/11/1981, DR n.º 33, Elimina do Orçamento Geral do Estado diversos lugares. Cria e manda alterar vários lugares nos respectivos quadros de pessoal.

Dec. Lei nº54/81 de 17/11/1981, DR n.º 34, Abre vários créditos especiais no Orçamento Geral do Estado, aprovado para o corrente ano económico.

Dec. Lei nº55/81 de 17/11/1981, DR n.º 34, Abre um crédito adicional à tabela das despesas correntes do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1981.

Dec. Lei nº56/81 de 28/11/1981, DR n.º 35, Abre um crédito especial, em adicional à tabela das despesas correntes do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1981.

Dec. Lei nº57/81 de 28/11/1981, DR n.º 35, Fixa em 15 por cento a taxa da contribuição predial urbana estabelecida pelo artigo 9º do Regulamento aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 450, de 8 de Setembro de 1954.

Dec. Lei nº58/81 de 08/12/1981, DR n.º 36, Aprova o convénio de crédito assinado em Madrid, em 22 de Outubro de 1981, entre o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe e o Banco Exterior de Espanha, S.A.

Dec. Lei nº59/81 de 16/12/1981, DR n.º 37, Determina que sejam transitadas, provisoriamente, para a dependência do Ministério das Indústrias, Construção e Habitação, as actuais estruturas do Fundo Nacional de Fomento e Habitação.

Dec. Lei nº60/81 de 16/12/1981, DR n.º 37, Abre vários créditos especiais no Orçamento Geral do Estado, da importância total de Db 27218200,00.

Dec. Lei nº61/81 de 31/12/1981, DR n.º 38 (S), Abre no Orçamento Geral do Estado, aprovado para o ano económico de 1981, vários créditos especiais, da importância total de Dbs. 564800,00.

Dec. Lei nº62/81 de 31/12/1981, DR n.º 38 (S), Transita, para a dependência do Ministério do Plano, a Direcção das Alfândegas, desliga de todas as actividades inerentes ao tráfego de mercadorias. Integra na Direcção dos Portos da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, todas as operações inerentes ao tráfego de mercadorias.

Dec. Lei nº63/81 de 31/12/1981, DR n.º 38 (3ºS), Estabelece as normas jurídicas necessárias à protecção, exploração e gestão dos recursos marinhos da Zona Económica Exclusiva, a que se refere o Decreto -Lei nº 15/80, de 16 de Junho.

Dec. Lei nº64/81 de 31/12/1981, DR n.º 38 (5ºS), Abre vários créditos especiais no Orçamento Geral do Estado, aprovado para o ano económico de 1981, na importância total de Db.15600000,00.

Dec. Lei nº26/81 de 31/12/1981, DR n.º 38 (6ºS), (devidamente rectificadas), Cria a Escola Técnica e Profissional.

Dec. Lei nº1/82 de 12/01/1982, DR nº3, Define formas de aplicação de política de transferência de Invisíveis Correntes e de Capitais, e para o Controlo Cambial para o ano económico de 1982.

Dec. Lei nº2/82 de 16/02/1982, DR nº4, Cria diversas empresas estatais sob tutela da Secretaria de Estado dos Transporte e Comunicações.

Dec. Lei nº5/82 de 24/03/1982, DR nº6, Aprova o modelo anexo de Contrato Económico a que se refere o artigo 11.º da Lei Orçamental para o 1982.

Dec. Lei nº6/82 de 06/04/1982, DR nº7, Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe a mandar reimprimir diversas notas destinadas à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº7/82 de 06/04/1982, DR nº7, Define a estrutura orgânica da Secretaria de Estado das Pescas.

Dec. Lei nº8/82 de 06/04/1982, DR nº7, Aprova e adita ao Orçamento geral do Estado em vigor o Plano Orçamental da Secretaria de Estado das Pescas para o ano de 1982.

Dec. Lei nº9/82 de 06/04/1982, DR nº7, Cria um lugar de técnico de formação universitário de 33 classe no quadro do pessoal da Direcção de Estatística.

Dec. Lei nº10/82 de 22/04/1982, DR nº9, Regulamenta a saída de nacionais do País.

Dec. Lei nº12/82 de 03/05/1982, DR nº9, Procede à revisão da legislação que regula a organização da Conta Geral do Estado e dos vários elementos que a instruem.

Dec. Lei nº13/82 de 03/05/1982, DR nº9 (S), Impõe o aperfeiçoamento do princípio da contabilidade económica.

Dec. Lei nº14/82 de 03/05/1982, DR nº7 (S), Dissolve a Associação Comercial e Industrial de São Tomé e Príncipe. - Determina que sejam confiscados os bens pertencentes a diversas firmas comerciais.

Dec. Lei nº15/82 de 22/05/1982, DR nº12, Revoga o artigo 5.º do Decreto - Lei nº 5/82, de 24 de Março.

Dec. Lei nº16/82 de 22/05/1982, DR nº12, Altera as importâncias dos quantitativos de subsídios diários, constantes da tabela aprovada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei nº 37/79, de 14 de Fevereiro, a abonar nas deslocações dentro do País

Dec. Lei nº19/82 de 05/06/1982, DR nº13, Abre dois créditos especiais na importância total de Db 202900000,00.

Dec. Lei nº20/82 de 05/06/1982, DR nº13, Determina que seja promovido um curso destinado a formação de auxiliar de enfermagem, consoante as necessidades do Sector.

Dec. Lei n°25/82 de 08/07/1982, DR n°15 (S), Introduce algumas alterações nos quadros de pessoal dos órgãos dependentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Dec. Lei n°26/82 de 30/07/1982, DR n°17, Determina que seja obrigatória a realização da programação de actividades e Força de Trabalho em todos os sectores das empresas estatais.

Dec. Lei n°27/82 de 30/07/1982, DR n°17, Determina que fique suspensa toda a legislação respeitante a concessão do subsídio de abono de família, até à sua adequada revisão.

Dec. Lei n°39/82 de 31/08/1982, DR n°20, Estabelece um complemento de vencimentos ao pessoal da Polícia Fiscal, afecto aos serviços de Fiscalização nas zonas dos portos marítimos nacionais.

Dec. Lei n°40/82 de 31/08/1982, DR n°20, Altera a redacção do artigo 4° do Decreto-Lei n° 12/82, de 3 de Maio.

Dec. Lei n°41/82 de 31/08/1982, DR n°20, Manda proceder à redistribuição das dotações das contas objectivas números 700 - «Matérias primas - cimento, madeiras, tijolos, etc» dos diversos capítulos dos planos orçamentais das Assembleias Populares Distritais.

Dec. Lei n°42/82 de 08/09/1982, DR n°21, Proíbe qualquer sector de proceder ao enquadramento ou de vincular salário de qualquer tipo de categoria ocupacional, sem a prévia aprovação da Direcção da Organização do trabalho e Providência Social

Dec. Lei n°43/82 de 15/10/1982, DR n°26, Define a forma de pagamento das rendas de casas alugadas aos cidadãos estrangeiros, representações diplomáticas e outros.

Dec. Lei n°45/82 de 22/10/1982, DR n°27, Aumenta diversos lugares ao quadro da Missão de Erradicação do Paludismo.

Dec. Lei nº46/82 de 22/10/1982, DR nº27, Concede certas facilidades aos cidadãos nacionais que regressem definitivamente ao País.

Dec. Lei nº47/82 de 26/11/1982, DR nº31, Cria o Instituto de Ciências Agropecuárias, destinados à formação de técnicos em Agricultura, Pecuária e Silvicultura.

Dec. Lei nº48/82 de 13/12/1982, DR nº33, Dá nova redacção ao artigo 2º do Decreto-Lei n.º 14778, de 16 de Junho.

Dec. Lei nº48/82 de 31/12/1982, DR nº35, Determina que sejam criados e dotados diversos lugares no quadro de pessoal da Direcção da Aeronáutica Civil.

Dec. Lei nº49/82 de 31/12/1982, DR nº35 (S), Determina que se passe para o Estado todo o Património da Companhia Engarrafadora de Cerveja de São Tomé, S.A.R.L., «CETO».

Dec. Lei nº50/82 de 31/12/1982, DR nº35 (4ºS), Aprova e põe em vigor o Orçamento geral do Estado para o ano económico de 1983.

Dec. Lei nº51/82 de 31/12/1982, DR nº35 (5ºS), Define normas de aplicação da Política de transferência de Invisíveis Correntes e de Capitais, e para o Controlo Cambial para o ano económico de 1983.

Dec. Lei nº1/83 de 14/02/1983, DR nº7, Cria a Embaixada da República Democrática de São Tomé e Príncipe em Bruxelas, capital do reino da Bélgica.

Dec. Lei nº2/83 de 04/03/1983, DR nº13, Abre um crédito especial, em adicional, ao Orçamento das despesas correntes, da importância de 112000,0 contos.

Dec. Lei nº3/83 de 04/03/1983, DR nº13, Regula a idade mínima de ingresso nas fileiras das Forças Armadas Revolucionárias e o tempo de permanência nas mesmas.

Dec. Lei n°5/83 de 18/03/1983, DR n°15, Estabelece normas pela quais deve ser regulada a execução do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1983.

Dec. Lei n°6/83 de 29/03/1983, DR n°17, Cria a Escola de Formação de Quadros (EFQS), sob a Direcção do Ministério da Saúde e Desporto.

Dec. Lei n°9/83 de 13/04/1983, DR n°20, Exclui da aplicação do disposto no artigo 120° do Código Penal os condenados por crimes contra a propriedade estatal.

Dec. Lei n°10/83 de 18/04/1983, DR n°21, Adita a conta objectiva n° 6112 «Trabalhos Suplementares» ao capítulo n° 2402 da tabela das despesas correntes do plano orçamental da Direcção dos Transportes e Portos, aprovado para o corrente ano económico.

Dec. Lei n°11/83 de 12/05/1983, DR n°25, Publicação definitiva do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1983.

Dec. Lei n°12/83 de 08/06/1983, DR n°28, Cria no quadro do pessoal do Gabinete da Presidência da República, o cargo de Secretário do Presidente da República para os Assuntos da Defesa, Segurança e Ordem Interna.

Dec. Lei n°13/83 de 20/06/1983, DR n°29, Abre um crédito especial, em adicional ao Orçamento das despesas correntes.

Dec. Lei n°15/83 de 08/08/1983, DR n°34, Regulamenta a disciplina laboral.

Dec. Lei n°16/83 de 08/03/1983, DR n°34, Regulamenta a organização básica do trabalho.

Dec. Lei n°18/83 de 18/08/1983, DR n°34 (S), Sanciona o Acordo de empréstimo assinado em Viena entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Fundo da OPEC.

Dec. Lei nº19/83 de 29/08/1983, DR nº36, Abre um crédito especial, destinado a aditar ao Plano de investimento para o ano económico 1983.

Dec. Lei nº20/83 de 17/10/1983, DR nº37, Abre um crédito especial, da importância de 39452,00 contos.

Dec. Lei nº21/83 de 17/10/1983, DR nº37, Aprova o balanço de Contas de Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1981 do banco Nacional de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº22/83 de 17/10/1983, DR nº37, Aprova os cursos de formação prática e de formação geral, em matéria de trabalho social, organizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Dec. Lei nº23/83 de 17/10/1983, DR nº37, Cria no quadro do pessoal do Gabinete da Presidência da República o cargo de Secretário do Presidente da República para os assuntos Administrativos.

Dec. Lei nº25/83 de 26/11/1983, DR nº37 (S), Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe, a contrair um empréstimo até ao montante de dois milhões de dólares, junto ao Banco de Fomento Nacional, (E.P.), Empresa Pública de Portugal.

Dec. Lei nº1/84 de 04/03/1984, DR nº1, Acrescenta alguns números ao artigo 7º de Decreto-Lei nº 11/83 de 12 de Maio.

Dec. Lei nº2/84 de 31/01/1984, DR nº1, Altera algumas disposições do Decreto-Lei nº 63/81, de 31 de Dezembro.

Dec. Lei nº3/84 de 31/01/1984, DR nº1, Atribui competência a Polícia Nacional para resolução de pequenos crimes.

Dec. Lei nº4/84 de 31/01/1984, DR nº1, Determina que todos os pais ou encarregados de educação fiquem obrigados a vacinarem as crianças sob sua tutela e de idade compreendida entre 6 meses a 6 anos.

Dec. Lei nº5/84 de 31/01/1984, DR nº1, Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe, a contrair um empréstimo até ao montante de dois milhões de dólares junto ao Banco de Fomento Nacional (E.P.), Empresa de Portugal.

Dec. Lei nº6/84 de 31/01/1984, DR nº1, Adota normas para autorização de transferência relativa às operações de invisíveis correntes e de capitais e para o controlo cambial.

Dec. Lei nº7/84 de 19/04/1984, DR nº3, Abre um crédito especial na importância de Db 2900,00 contos.

Dec. Lei nº8/84 de 19/04/1984, DR nº3, Dá nova redacção a vários artigos, suas alíneas e parágrafos, concernentes aos Tribunais.

Dec. Lei nº9/84 de 19/04/1984, DR nº3, Extingue a Direcção de Segurança e Ordem Interna e cria no Ministério da Defesa e Segurança vários órgãos com actividades de Segurança e Ordem Interna.

Dec. Lei nº15/84 de 24/05/1984, DR nº5, Aprova a tabela de subsídios diários a atribuir às missões que se deslocam em missão oficial de serviço.

Dec. Lei nº16/84 de 24/05/1984, DR nº5 (S), Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe a negociar e contratar, com um conjunto de Bancos Portugueses, empréstimos até o montante de 6.000.000,00 de dólares.

Dec. Lei nº17/84 de 24/05/1984, DR nº5 (S), Adota o Adicional ao Contrato de abertura de crédito outorgado em Lisboa, entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco de Fomento Nacional, E.P.

Dec. Lei nº21/84 de 29/06/1984, DR nº8, Cria e manda aumentar quadros das diversas Direcções do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Dec. Lei nº22/84 de 27/07/1984, DR nº10, Autoriza o banco Nacional de São Tomé e Príncipe a negociar e contratar em nome e por conta e ordem do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe um empréstimo até o montante de 40.000 Ecus, junto à Comunidade Económica Europeia.

Dec. Lei nº26/84 de 25/10/1984, DR nº13, Determina que todo o cidadão que tenha feito um curso com bolsa atribuída pelo Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe fica obrigada a trabalhar para o País durante o tempo que tiver durado a sua formação.

Dec. Lei nº27/84 de 25/10/1984, DR nº13, Cria no Distrito de Pague o cargo de Delegado do Governo.

Dec. Lei nº28/84 de 25/10/1984, DR nº13, Determina que todas as estruturas que constituem o Parque Popular da Cidade Capital ficam sob a responsabilidade única da Assembleia Popular Distrital de Água Grande.

Dec. Lei nº1/85 de 17/01/1985, DR nº1, Determina ao Ministério do Plano autorizar os Organismos da Administração Central do Estado a realizar despesas em regime duodecimal, e nos termos que lhes foram atribuídos no Orçamento do ano findo, até a publicação do OGE para o ano económico de 1985.

Dec. Lei nº2185 de 08/03/1985, DR nº3, Cria e dota no quadro do pessoal do Gabinete do Ministro das Pescas um lugar de técnico das pescas com categoria da letra E.

Dec. Lei nº3/85 de 08/03/1985, DR nº3, Altera as taxas a cobrar pelos Serviços de Inspeção e Fiscalização na Direcção de Desenvolvimento Técnico do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Dec. Lei nº9185 de 24/04/1985, DR nº5, Aprova o novo Estatuto Orgânico do Gabinete da Presidência da República.

Dec. Lei nº14/85 de 10/08/1984, DR nº9, Cria no quadro do pessoal da Direcção de Agricultura e Florestas, do Ministério da Agricultura e Pecuária um lugar de Técnico de Formação Média de 1ª classe.

Dec. Lei nº15/85 de 10/08/1984, DR nº9, Revoga o horário de trabalho actualmente em vigor para o Sector do Comércio, Farmácia e Escritórios estabelecido pelo Decreto-Lei nº 47/79, inserto no Diário da República nº 33 de 7 de Setembro do mesmo ano.

Dec. Lei nº17/85 de 05/09/1985, DR nº10, Extingue os Sectores de Economia e Finanças, criados pelo artigo 19º do Decreto - Lei n.º 58/80, de 6 de Dezembro.

Dec. Lei nº18/85 de 05/09/1985, DR nº10, Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe a abrir contas especiais de depósito de que somente poderão beneficiar, santomenses ou equiparadas.

Dec. Lei nº22/85 de 19/09/1985, DR nº11, Aprova os termos e condições do Acordo de Desenvolvimento de DES 5300000,00 (cinco milhões e trezentos mil Direitos Especiais do Saque) assinado entre o Governo da RDSTP e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA).

Dec. Lei nº23/85 de 28/09/1985, DR nº12, Cria e constitui a Comissão Nacional de São Tomé e Príncipe, para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Dec. Lei nº24/85 de 28/09/1985, DR nº12, Cria a Comissão Nacional de Bolsas de Estudo.

Dec. Lei nº26/85 de 19/10/1985, DR nº13, Aprova o Código de Sanidade Pecuária da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº33/85 de 27/11/1985, DR nº16, Cria as condições necessárias para a consolidação dos agrupamentos de índole cooperativo.

Dec. Lei nº34/85 de 27/11/1985, DR nº16, Permite a criação na República Democrática de São Tomé e Príncipe de Empresas sob a forma de Sociedades anónimas «OFF-SHORE».

Dec. Lei nº42/85 de 31/12/1985, DR nº20 (S), Revoga o Decreto - Lei nº 1/84 e acrescenta alguns números ao art. 7º do Decreto - Lei nº 11/83.

Dec. Lei nº43/85 de 31/12/1985, DR nº20 (S), Autoriza o abono ao pessoal docente eventual com ou sem formação específica os respectivos vencimentos a partir da data de início de suas funções até 31 de Dezembro de 1985.

Dec. Lei nº44/85 de 31/12/1985, DR nº20 (5ºS), Adita o Decreto - Lei nº 44/85 ao capítulo 8.301.1 da tabela das despesas correntes plano orçamental das Forças Armadas e Revolucionária de São Tomé e Príncipe com a quantia de Dbs 50000,00.

Dec. Lei nº45/85 de 31/12/1985, DR nº20 (5ºS), Abre um crédito especial, em adicional ao orçamento das despesas extraordinárias, da importância de 150000,00 contos.

Dec. Lei nº1186 de 10/01/1986, DR nº1, Dá atribuição ao Ministério do Plano para garantir a realização de despesas inadmissíveis enquanto não se publica o Orçamento Geral do Estado para o ano de 1986.

Dec. Lei nº3/86 de 07/03/1986, DR nº5, Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe a negociar e contratar, em nome e por conta e ordem do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe dois empréstimos, um junto ao Fundo Africa de Desenvolvimento e outro junto de Banco Africano de Desenvolvimento, no montante de 10800000 e 4000000 UC, respectivamente.

Dec. Lei nº4/86 de 11/03/1986, DR nº5 (S), Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe a negociar e assinar com um conjunto de Bancos Portugueses um acordo de empréstimo até um montante de US\$ 11000000,00.

Dec. Lei nº10/86 de 11/03/1986, DR nº6, Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe a negociar e contrair com um Sindicato de Bancos Portugueses cujo agente é o Banco de Fomento Nacional, um empréstimo no montante de \$US 1972882,37.

Dec. Lei nº11/86 de 31/03/1986, DR nº7, Dá nova redacção aos artigos 8º, 11º, 15º e 17º, do Regulamento do selo de assistência aprovado pelo Decreto -Lei n.º 44/II75, de 5 de Junho do mesmo ano.

Dec. Lei nº14/86 de 10/04/1986, DR nº8, Aprova o Código de Investimentos da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº15/86 de 28/04/1986, DR nº9, Aprova as Normas de aplicação da política de transferência de Invisíveis Correntes e de Capitais as novas medidas de Política Económica e Financeira.

Dec. Lei nº24/86 de 20/08/1986, DR nº14, Cria e dota no quadro do pessoal do Gabinete do Ministro de Estado para os Assuntos Sociais, um lugar de Técnico Assessor.

Dec. Lei nº25/86 de 20/08/1986, DR nº14, Aprova o Estatuto Orgânico da Loja Franca de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº26/86 de 29/08/1986, DR nº15, Dá nova redacção ao artigo 4º do Regulamento do selo de Assistência aprovado pelo Decreto -Lei nº 44/T/75, de 5 de Junho.

Dec. Lei nº27/86 de 29/08/1986, DR nº15, Dá nova redacção ao artigo 4º do Regulamento do selo de Assistência aprovado pelo Decreto -Lei nº 44/T/75, de 5 de Junho.

Dec. Lei nº28/86 de 29/08/1986, DR nº15, Cria e dota no quadro do pessoal do Ministério da Educação e Cultura, um lugar de chefe do Departamento de Recursos Materiais da Direcção do Plano e Finanças.

Dec. Lei nº30/86 de 15/11/1986, DR nº21, Determina que todos os professores ou candidatos à professores do Ensino Secundário Básico, deverão ter como habilitações mínimas o curso da

Secundária Básica da Escola de Formação e Superação de Quadros Docentes.

Dec. Lei nº1/87 de 24/01/1987, DR nº1, Determina que o Ministério das Finanças, autorize os Organismos da Administração Central do Estado a realizar despesas correntes, enquanto não foi publicado o O.G.E. para o corrente ano.

Dec. Lei nº2/87 de 03/03/1987, DR nº2, Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe, a negociar e a contrair, em nome e por conta e ordem do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, junto a Comunidade Económica Europeia, um empréstimo até ao montante de 2.100.000 ECUS.

Dec. Lei nº3/87 de 30/03/1987, DR nº3, Abre no Banco Nacional de São Tomé e Príncipe uma conta a designação «Tesouro Público - Fundos de Tesouraria», à partir de 1 de Janeiro de 1987.

Dec. Lei nº4/87 de 03/04/1987, DR nº3 (S), Sanciona o acordo de empréstimo assinado em Viena em 17 de Março de 1987, entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, representado pelo Srº Hildeberto Mário do Nascimento Seca.

Dec. Lei nº6/87 de 29/05/1987, DR nº6, Autoriza o Ministro das Finanças a entabular negociações com Organismos e Instituições Financeiras Internacionais, para o exercício económico de 1987.

Dec. Lei nº13/87 de 24/06/1987, DR nº7, Altera de Dbs 45,25 para Dbs 100,00/DES a actual taxa de câmbios.

Dec. Lei nº18/87 de 31/08/1987, DR nº9, Aprova o Código do Contencioso das Contribuições e Impostos, que faz parte do presente diploma.

Dec. Lei nº19/87 de 31/08/1987, DR nº9, Autoriza a Constituição de Empresa Mista sob a forma de Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, para o transporte aéreo, operando voos domésticos e internacionais, sob a Bandeira da República Democrática de São Tomé e Príncipe, entre as «LASTP» e as «LAS, Guerensey Limited» e aprova o respectivo Estatuto.

Dec. Lei nº22/87 de 28/10/1987, DR nº12 (2ºS), Aprova os termos e condições de Acordo do Empréstimo de UC 7500000,00 (sete milhões e quinhentas mil Unidades de Conta) assinado entre o Governo da RDSTP e o Fundo Africano do Desenvolvimento (FAD).

Dec. Lei nº23/87 de 28/10/1987, DR nº12 (S), Aprova os termos e condições de Acordo de Empréstimo de UC 5130000 (cinco milhões cento trinta mil Unidades de Conta) assinado entre o Governo da RDSTP e o Fundo Africano do Desenvolvimento (FAD).

Dec. Lei nº24/87 de 28/10/1987, DR n.º12 (2ºS), Aprova os termos e condições de Acordo de Crédito de Desenvolvimento n.º A - 29/STP, de DES 2300000,00 (dois milhões e trezentos mil Direitos Especiais de Saque) assinado entre o Governo da RDSTP e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA).

Dec. Lei nº25/87 de 28/10/1987, DR nº12 (S), Aprova os termos e condições de Acordo de Crédito de Desenvolvimento n.º 1825/STP, de DES 3100000,00 (três milhões e cem mil Direitos Especiais de Saque) assinado entre o Governo da RDSTP e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA).

Dec. Lei nº26/87 de 28/10/1987, DR nº12 (2.ºS), Aprova os termos e condições de Acordo de Crédito de Desenvolvimento n.º 1825/STP, de DES 6100000,00 (seis milhões e cem mil Direitos Especiais de Saque) assinado entre o Governo da RDSTP e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA).

Dec. Lei nº27/87 de 09110/1987, DR nº12 (4ºS), Aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e da Função Pública.

Dec. Lei nº28/87 de 09110/1987, DR nº12 (4ºS), Aprova a tabela de preços de alguns trabalhos executados pela Direcção de Planificação Física.

Dec. Lei nº29/87 de 31/12/1987, DR nº14 (S), Aprova a tabela de emolumentos e taxas de reembolso dos Registos Civil, Predial, Comercial, Automóvel e dos Serviços Notariais.

Dec. Lei nº32/87 de 31/12/1987, DR nº14 (4ºS), Afasta o Estado na gestão das unidades produtivas e estabelece normas de forma a permitir um engajamento mais adequado e multiforme do cidadão na reabilitação.

Dec. Lei nº33/87 de 31/12/1987, DR nº14 (4º), Aprova e põe em execução a Lei Orgânica do Banco Nacional de São Tomé e Príncipe que faz parte integral do presente diploma.

Dec. Lei nº36/87 de 31/12/1987, DR nº14 (5ºS), Adopta um novo sistema de classificação orçamental.

Dec. Lei nº1/88 de 30/01/1988, DR nº1, Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe a proceder à reimpressão e cunhagem de notas e moedas para a circulação corrente no País no montante de Dbs 1285000000.

Dec. Lei nº4/88 de 31/03/1988, DR nº3, Cria o Gabinete do Primeiro Ministro.

Dec. Lei nº10/88 de 16/05/1988, DR nº4 (S), Actualiza em termos de divisas os valores das taxas dos direitos das pautas de importação, tributados especificamente.

Dec. Lei nº11/88 de 25/05/1988, DR nº5, Aplica as taxas a cobrarem nos Aeroportos de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº16/88 de 14/06/1988, DR nº8, Abre um crédito especial da importância de Dbs. 10000000,00 para satisfação das despesas decorrentes com a reparação do Palácio do Povo.

Dec. Lei nº17/88 de 16/07/1988, DR nº8 (S), Altera a taxa de câmbio para Dbs. 100,00/US \$1 (cem dobras por um dólar norte - americano).

Dec. Lei nº18/88 de 16/07/1988, DR nº8 (S), Reajusta as taxas específicas da Pauta dos Direitos de Importação e aumenta o imposto de consumo sobre as viaturas automóveis ligeiras usadas.

Dec. Lei nº21/88 de 22/06/1988, DR nº9, Abre um crédito extraordinário de Dbs . 10895648,00 destinado a reforçar a verba do código de classificação económica 22.

Dec. Lei nº22/88 de 22/06/1988, DR nº9, Estabelece normas visando garantir a sanidade dos bens importados e procede a correcção das taxas a cobrar pelos serviços de desinfeção e inspecção sanitária.

Dec. Lei nº25/88 de 01/07/1988, DR nº 10, Aprova a tabela dos subsídios diários a atribuir aos membros das delegações e comissionados que desloquem em missão oficial de serviço ao estrangeiro e abono de ajudas de custo diários dentro do País.

Dec. Lei nº27/88 de 18/07/1988, DR nº12, Sanciona o Acordo de Empréstimo assinado em Viena em 26 de Janeiro de 1988, entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, representado pelo srº Drº Arlindo Afonso de Carvalho, técnico do BNSTP e o Fundo da OPEC, representado pelo srº Osama Faquim, Presidente do Conselho Administrativo.

Dec. Lei nº28/88 de 18/07/1988, DR nº12, Confere ao Ministro Delegado do Primeiro Ministro do Distrito de Pague a competência atribuída pelo Ministro da Economia e Finanças, pelo n.º 1 do artigo 34º da Lei nº 1/86, de 31 de Dezembro - para ordenamento das despesas Públicas, em relação aos encargos a contas delegações locais dos diversos organismos da administração central do Estado.

Dec. Lei nº29/88 de 18/07/1988, DR nº12, Autoriza o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe a negociar e contrair, em nome, por conta e ordem do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, um empréstimo até ao montante de FRF 48000000,00 (quarenta e oito milhões de francos franceses), junto da Caisse Centrale de Cooperation Economique da República de França.

Dec. Lei nº31/88 de 30/07/1988, DR nº13, Aprova a realização da Reforma Administrativa.

Dec. Lei nº32/88 de 04/08/1988, DR nº14, Dá concessão de terras pertencentes ao estado para ser utilizado em: a) A Urbanização; b) A Agricultura; c) A Indústria; d) O Aproveitamento dos recursos minerais e hidráulicos; e) A Recreação; f) Os Sistemas de infra-estruturas e outros.

Dec. Lei nº33/88 de 03/10/1988, DR nº20, Estabelece nova Orgânica do Governo e extingue a decisão com força de lei n.º 2/87.

Dec. Lei nº34/88 de 03/10/1988, DR nº20, Proceda a desanexação de Dependências de algumas Empresas Agro - Pecuárias.

Dec. Lei nº35/88 de 03/10/1988, DR nº20, Cria dois lugares de Assessor junto ao Ministro da Saúde, Trabalho e Segurança Social.

Dec. Lei nº37/88 de 10/10/1988, DR nº21, Dá nova redacção ao artigo 6º da Lei n.º 2/87, de 31 de Dezembro do mesmo ano.

Dec. Lei nº39/88 de 24/10/1988, DR nº23, Aprova o Acordo de Crédito assinado em Khartoum a 7 de Março de 1988, entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA).

Dec. Lei nº39/88 de 14/11/1988, DR nº25, Elimina no quadro do pessoal da Direcção de Assistência Médica do ex-Ministério da Saúde os lugares de directores, do Hospital Drº Ayres de Menezes.

Dec. Lei nº30/88 de 21/11/1988, DR 0º26, Rectifica o Decreto-lei nº 32/88.

Dec. Lei nº40/88 de 20/12/1988, DR nº27 (3º), Aprova a tabela geral do imposto de selo, em substituição da aprovada pelo Decreto - Lei nº 12, de 19 de Abril de 1976.

Dec. Lei nº43/88 de 23/12/1988, DR nº28 (S), Aprova o Regulamento das casas de habitação do Estado.

Dec. Lei nº44/88 de 23/12/1988, DR n.º28 (S), Constitui a Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada denominada Sociedade de navegação Marítima «Sonamar».

Dec. Lei nº45/88 de 23/12/1988, DR nº28 (S), Institucionaliza o Fundo Social e de Infraestrutura (FSI).

Dec. Lei nº49/88 de 31/12/1988, DR nº30, Procede a actualização das taxas e rendas de ocupação das casas de habitações do Património Imobiliário do Estado.

Dec. Lei nº53/88 de 31/12/1988, DR nº30 (3ºS), Cria um instrumento jurídico onde se estabelecem os fundamentos, princípios e objectivos de ensino na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº1/89 de 11/02/1989, DR nº1 (S), Revoga o artigo 1º do Decreto - Lei nº 17/88 relativo a alteração da taxa do câmbio.

Dec. Lei nº2/89 de 21/03/1989, DR nº3 (S), Cria no quadro do pessoal do Gabinete do Ministro da Economia e Finanças o cargo do Secretário Geral, correspondente a letra E do artigo 910 do Estatuto do Funcionalismo vigente.

Dec. Lei nº3/89 de 21/03/1989, DR nº3 (S), Cria a Empresa Nacional de Administração dos Portos - Empresa Estatal, abreviadamente denominada ENAPORT, organismos de direito público, dotado de personalidade e capacidade jurídicas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Dec. Lei nº6/89 de 12/04/1989, DR nº5, Visando garantir o co-financiamento em divisas necessário à execução de Projectos da Reabilitação da Empresa Estatal Agro - Pecuária Santa Margarida.

Dec. Lei nº7/89 de 12/04/1989, DR nº5, Aprova os Estatutos da Empresa Estatal Agro - Pecuária Santa Margarida, bem como o Contrato de Gestão assinado entre esta Empresa e a GIE Sodeci Torres Rouges.

Dec. Lei nº11/89 de 17/05/1989, DR nº8, Autoriza a criação de Zonas Francas na RDSTP.

Dec. Lei nº16/89 de 18/09/1989, DR nº19, Sanciona o Acordo relativo à Ajuda Financeira do Governo do Reino da Bélgica ao Governo da RDSTP.

Dec. Lei nº17/89 de 18/09/1989, DR nº19, Fixa o ano de 1991 o segundo Recenseamento Geral da População em todo o Território da RDSTP.

Dec. Lei nº18/89 de 23/09/1989, DR nº21 (S), Aprova os termos e condições do Acordo do Crédito no montante de DES 3900000,00 (Três Milhões e Novecentos Mil Direitos Especiais de Saque) assinado a 19 de Julho de 1989.

Dec. Lei nº19/89 de 23/09/1989, DR nº21 (S), Institucionaliza o Fundo Social e de infra-estruturas (F.S.I.) como entidade jurídica plena, com autonomia administrativa, técnica e financeira e de duração indefinida.

Dec. Lei nº24/89 de 26/12/1989, DR nº23 (2ºS), Cria e Constitui em STP e Comité Nacional de Vigilância e Luta Contra o SIDA.

[Dec. Lei nº1/90 de 15/01/1990, DR nº1, Constitui em STP o Registo e funcionamento de Sociedades Anónimas" Off - Shore "

[Dec. Lei nº2/90 de 15/01/1990, DR nº1, Regulamenta a actividade das instituições financeiras bancárias e para - bancárias

[Dec. Lei nº3/90 de 15/01/1990, DR nº1, Estabelece normas reguladoras lo funcionamento adequado dos bancos" Off - Shores " no País.

Dec. Lei nº4/90 de 15/01/1990, DR nº1, Regulamenta o Desenvolvimento das actividades do Comércio Marítimo internacional" Off - Shore " no País

Dec. Lei nº6/90 de 19/03/1990, DR nº2, Aprova o acordo da Empresa Estatal Agro - Pecuária Monte café bem como o contrato de Gestão entre a Empresa Esagri - Espírito Santo, Desenvolvimento Agro - Industrial Lda.

Dec. Lei nº7/90 de 30/03/1990, DR nº3, Cria sob a tutela do Ministério da Economia e Finanças o Centro de Estudos Demográficos

Dec. Lei nº8/90 de 30/03/1990, DR nº3, Atribui subsídios diários aos integrantes das delegações oficiais que se deslocam em missão de serviço ao estrangeiro.

Dec. Lei nº9/90 de 30/03/1990, DR nº3, Põe isento de Direitos de Importação e outras imposições aduaneiras, os objectos de uso pessoal que facilita o envolvimento económico dos cidadãos Nacionais.

Dec. Lei nº10/90 de 30/03/1990, DR nº3, Reduz de 9,9% a 6,9% os Direitos Aduaneiros constantes do art.40º da pauta dos Direitos de Exportação de cacau em favas.

Dec. Lei nº11/90 de 30/03/1990, DR nº3, Define mecanismo e atribui aos trabalhadores afectados uma compensação salarial, no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural.

Dec. Lei nº15/90 de 10/04/1990, DR nº4, Altera a disposição que regula a importação temporária de veículos automóveis.

Dec. Lei nº16/90 de 10/04/1990, DR nº4, Abre um crédito especial da importação de 608800 mil dobras destinados à satisfação da dívida proveniente dos défices orçamentais registados nos anos de 1984 -1987.

Dec. Lei nº17/90 de 10/04/1990, DR nº4, Altera para 3 e 4 respectivamente, os números 2 e 3 do art.22º do Código de Investimento aprovado pelo Dec- Lei n.º 14/ 86,de 10 de Abril e edita ao referido art. 22º um novo nº 2.

Dec. Lei nº18/90 de 10/04/1990, DR nº4, Desdobra em três juízos distintos, a saber do Civil, o do Crime e o do Trabalho, o Tribunal de 1 a Instância, com que a necessária rapidez. Prontidão eficácia das solicitações que lhe são dirigidas.

Dec. Lei nº26/90 de 25/06/1990, DR nº8, Autoriza a promoção dos agentes docentes com dez ou mais anos de serviço para técnicos de formação média de 1.ª classe e técnicos de formação média de 2a classe os agentes docentes com mais de cinco anos de serviço.

Dec. Lei nº27/90 de 31/07/1990, DR nº10, Fixa o salário mínimo de db.5200,00.

Dec. Lei nº30/90 de 05/09/1990, DR nº12, Atribui aos juízes eleitos uma compensação pecuniária destinada a suprir os encargos suplementares.

Dec. Lei nº35/90 de 01/10/1990, DR nº14, Determina que todas as entidades empregadoras, nomeadamente, empresas estatais, privadas e mistas, o mapa dos quadros de pessoal à Inspeção do Trabalho.

Dec. Lei nº36/90 de 01/10/1990, DR nº14, Fixa as taxas que passarão a estar sujeitos os produtos agrícolas destinados à exportação

Dec. Lei nº42/90 de 14/12/1990, DR nº19, Cria o Instituto Nacional de Segurança Social, de modo a garantir a eficácia na aplicação de Polícia Social do Estado.

Dec. Lei nº43/90 de 14/12/1990, DR nº19, Aprova o Acordo de Crédito n.º F/STP/PAS - 2/90/9, no montante de Dez Milhões de Unidades de Conta FAD (10.000,000 UCF), assinado entre a República de S. Tomé e Príncipe e o Fundo Africano de Desenvolvimento.

Dec. Lei nº1/91 de 22/02/1991, DR nº6, Abre um crédito especial de 792.000.000,00 de dobras, para permitir a satisfação de algumas dívidas do tesouro para com o Banco Nacional de S.Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº2/91 de 22/02/1991, DR nº6, Abre um crédito especial na quantia de 518.500.000,00 de dobras para reforçar verbas inscritas na tabela de despesas do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1991

Dec. Lei nº3/91 de 22/02/1991, DR nº6, Aprova o quadro do pessoal do Centro de Estudos Demográficos

Dec. Lei nº4/91 de 22/02/1991, DR nº6, Cria e dota no quadro de pessoal da Televisão Experimental, o lugar de Director, enquadrado na letra «F».

Dec. Lei nº5/91 de 22/02/1991, DR nº6, Cria e dota no quadro da Direcção do Plano e Financeiro do Ministério da Educação e Cultura, um lugar de Técnico de Formação Média de 38 classe.

Dec. Lei nº6/91 de 22/02/1991, DR nº6, Altera o art.1º do Dec.Lei n.º39/90, de 25 de Outubro.

Dec. Lei nº7/91 de 22/02/1991, DR nº6, Cria no quadro do pessoal da Direcção das Alfândegas o lugar de Técnico de Formação Universitária de 38 classe, correspondente a letra G.

Dec. Lei nº20/91 de 23/04/1991, DR nº16, Proceda a reestruturação da Orgânica dos Serviços Policiais. Extingue o Departamento da Polícia Nacional e cria em sua substituição o Comando da Polícia Nacional de S.Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº21/91 de 23/04/1991, DR nº16, Cria e dota no quadro do pessoal do Gabinete do Primeiro Ministro, alguns lugares e elimina do já citado quadro e outros.

Dec. Lei nº47/91 de 17/10/1991, DR nº24, Altera as Tabelas de taxas do Imposto / Consumo.

Dec. Lei nº51/91 de 07/11/1991, DR nº25, Define regras de utilização e fixa os princípios gerais e critérios de distribuição das terras que integram o domínio

Dec. Lei nº14/92 de 22/06/1992, DR nº13 (S), Ajuda de custo diário a abonar aos funcionários por deslocação em serviço público, em cada uma das ilhas, e que compreenderá alimentação e alojamento, é

Dec. Lei nº15/92 de 22/06/1992, DR nº13 (S), É fixada a remuneração, por cada tempo lectivo extraordinário, nos estabelecimentos públicos de ensino de curso nocturno sob a tutela do Ministério da Educação, Juventude e Desportos, nos seguintes quantitativos, em Dobras.

Dec. Lei nº19/92 de 28/07/1992, DR nº15, Revoga o Dec. Lei nº4/75 de 4 de Agosto do mesmo ano.

Dec. Lei nº22/92 de 03/09/1992, DR nº18, Autoriza à Direcção de Finanças, em representação do Estado a contrair junto do Banco Nacional de S.Tomé e Príncipe um empréstimo no valor de dbs.150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dobras)

Dec. Lei nº28/92 de 23/09/1992, DR nº21, Cria um programa de formação intensiva de jovens.

Dec. Lei nº29/92 de 23/09/1992, DR nº21, Institui na unidade administrativa autónoma denominada Projecto Social.

Dec. Lei nº37/92 de 23/09/1992, DR nº24 (S), Abre um crédito especial, no valor de dbs 10.000.000,00 (Dez milhões de dobras) para custear as despesas com a instalação dos partidos políticos.

Dec. Lei nº38/92 de 23/09/1992, DR nº24 (S), Abre um crédito especial, no valor de dbs.7.500.000,00 (sete milhões e quinhentas mil dobras), para custear as despesas com a campanha eleitoral.

Dec. Lei nº40/92 de 25/09/1992, DR nº25, Cria o substituto de habitação. (Instituto de Habitação)?

Dec. Lei nº47/92 de 31/12/1992, DR nº27 (S), Autoriza o Ministro da Economia e Finanças, através da Direcção de Finanças, abrir um crédito orçamental especial no valor de dbs70.000.000,00 (setenta milhões de dobras) para fazer face às indemnizações e despesas

suportadas e a suportar com o plano de luta para o combate e controle da peste suína africana.

Dec. Lei nº1/93 de 04/02/1993, DR nº1, Autoriza a Direcção de Finanças em representação do Estado santomense, a contrair junto do Banco Nacional de S.Tomé e Príncipe, dois empréstimos, um no montante de db\$ 41.220000,00.

Dec. Lei nº2/93 de 23/02/1993, DR nº2 (S), Cria o dispositivo legal básico para o exercício normal do comércio de câmbios.

Dec. Lei nº3/93 de 23/02/1993, DR nº2 (S), Nomeia os membros do Conselho de Auditoria do Banco Central de S.Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº4/93 de 23/02/1993, DR nº2 (S), Menciona determinadas empresas como sendo incluídas no âmbito da primeira fase do processo de privatização e liquidação.

Dec. Lei nº5/93 de 23/02/1993, DR nº2 (S), Nomeia o director de privatização e cria a Comissão Técnica para a privatização.

Dec. Lei nº6/93 de 23/02/1993, DR nº2 (S), Cria a Caixa Nacional de Poupança e Crédito.

Dec. Lei nº7/93 de 23/02/1993, DR nº2 (S), Autoriza o director de Finanças de abrir uma conta no Banco, sob a designação «Fundo Nacional de Privatização».

Dec. Lei nº8/93 de 25/02/1993, DR nº2 (2ºS), Estabelece despesas de representação e prémios atribuídas às entidades e os funcionários públicos.

Dec. Lei nº9/93 de 05/03/1993, DR nº3, Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento, aprovado pelo Dec.Lei nº 50175, de 20 de Junho.

Dec. Lei nº10/93 de 05/03/1993, DR nº3, Altera o Código Geral Tributário, publicado pelo Diploma Legislativo nº13/73, de 26 de Julho de 1973.

Dec. Lei nº 11/93 de 05/03/1993, DR nº3, Altera o Código de Imposto sobre Salários, criado pelo Dec.Lei nº34/82,de 24 de Agosto.

Dec. Lei nº1293 de 05/03/1993, DR nº3, Cria o Número de Identificação Fiscal (NIF)

Dec. Lei nº13/93 de 05/03/1993, DR nº3, Cria o imposto sobre o Uso e Fruição de veículos motorizados e barcos de recreio.

Dec. Lei nº14/93 de 05/03/1993, DR nº3, Altera determinados artigos do Dec.Lei nº20/76 de 30 de Junho.

Dec. Lei nº15/93 de 05/03/1993, DR nº3, Elimina determinados artigos do regulamento do imposto do selo.

Dec. Lei nº16/93 de 05/03/1993, DR nº3, Adita uma alínea e) ao artigo 1º do Diploma Legislativo nº 450,de 8 de Setembro de 1954.

Dec. Lei nº17/93 de 05/03/1993, DR nº3, Elimina os impostos, taxas, direitos alfandegários e demais imposições e encargos incidentes sobre a exportação dos produtos agrícolas e cria o imposto geral de exportação.

Dec. Lei nº18/93 de 19/03/1993, DR nº4, Autoriza a Caixa Popular a prosseguir as suas actividades até 30 de Abril de 1993

Dec. Lei nº19/93 de 19/03/1993, DR nº4, Dá por finda a comissão de serviço o Senhor Manuel de Nazaré Mendes, no cargo de Governador do Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº20/93 de 19/03/1993, DR nº4, Nomeia o Dr. Estanislau Santiago Costa Alegre, Economista, para exercer as funções de liquidatário do Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe e o Dr. Anastácio de Barros de Oliveira, Economista, para exercer as funções de liquidatário adjunto do referido Banco.

Dec. Lei nº21193 de 08/04/1993, DR nº5, Exonera do cargo de Juiz - Presidente do Tribunal Militar de 23 Instância, o senhor Capitão António Paquete de Sousa.

Dec. Lei nº22/93 de 08/04/1993, DR nº6, Derroga o artigo 1º do Decreto nº28/91, de 24 de Junho.

Dec. Lei nº23/93 de 08/04/1993, DR nº6, Nomeia o senhor Abenilde Tomé Pires dos Santos para o cargo de director do Centro Nacional de Reforma Administrativa

Dec. Lei nº24/93 de 08/04/1993, DR nº6, Nomeia o senhor Alberto Camblé Pinto para o cargo de director da Unidade de Execução o Projecto de Construção de Escolas Secundárias.

Dec. Lei nº25/93 de 08/04/1993, DR nº6, Dá por finda a comissão de serviço, a seu pedido, da senhora Joana da Costa de Sousa Aragão.

Dec. Lei nº29/93 de 05/03/1993, DR nº7, Autoriza o Banco Central de S. Tomé e Príncipe a proceder a impressão de notas para circulação corrente no País.

Dec. Lei nº30/93 de 10/06/1993, DR nº8 (S), Extingue a Empresa Estatal de Artes Gráficas, criada pelo Dec. Lei nº 34/79

Dec. Lei nº32/93 de 30/06/1993, DR nº9, Extingue a Ecomex e Ecomin. Dec. Lei nº38/93 de 27/07/1993, DR nº10, Cria um grupo de guarda de protecção civil.

Dec. Lei nº39/93 de 27/07/1993, DR nº10, Altera algumas taxas de multa prevista no Código de Estrada em vigor, conforme a tabela em anexo.

Dec. Lei nº42/93 de 05/03/1993, DR nº11, Dá nova redacção a alguns artigos do regulamento para cobrança dos impostos sobre as Sucessões e Doações.

Dec. Lei nº43/93 de 05/03/1993, DR nº11, Cria a guia de entrega de receitas do Estado.

Dec. Lei nº45/93 de 05/03/1993, DR nº11, Actualiza os rendimentos colectáveis dos prédios inscritos nas matrizes prediais urbanas.

Dec. Lei nº47/93 de 13/08/1993, DR nº11 (S), Cria o Mercado de Câmbio Livre, abreviadamente, denominado «MCL».

Dec. Lei nº50/93 de 08/09/1993, DR nº12, Autoriza o Ministro da Economia e Finanças, a assumir a dívida das Empresas Públicas, junto do ex-BNSTP, até ao montante de db\$.1 0.000.000,00.

Dec. Lei nº51/93 de 08/09/1993, DR nº12, Determina que qualquer residente no País possa efectuar, importações de mercadorias sem a emissão de BRPI desde que seja legalmente inscrito como importador.

Dec. Lei nº52/93 de 14/09/1993, DR nº13, Aprova o Regulamento Provisório para a Utilização das florestas.

Dec. Lei nº54/93 de 15/10/1993, DR nº14, Regula a forma correcta da implementação da Lei nº5/92, de 10 de Março.

Dec. Lei nº57/93 de 16/11/1993, DR nº15, Dá por finda a comissão de serviço no de Assessor do Presidente da República, o Dr. Patrice Emery Trovoadá.

Dec. Lei nº65/93 de 16/12/1993, DR nº16 (S), Aprova as características das notas a entrar em circulação.

Dec. Lei nº69/93 de 31/12/1993, DR nº17, Aprova a Lei Orgânica da Polícia de Investigação Criminal.

Dec. Lei nº73/93 de 31/12/1993, DR nº17 (S), Concede uma compensação pecuniária aos residentes desalojados da Aldeia de Algés no sítio de Pinheira.

Dec. Lei nº80/93 de 31/12/1993, DR nº17 (4ºS), Aprova a Lei Orgânica e o regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Dec. Lei nº81/93 de 31/12/1993, DR nº17 (5ºS), Altera o art.43º da Tabela Geral do Imposto de selo.

Dec. Lei nº84/93 de 31/12/1993, DR nº17 (9ºS), Altera o n.º 2 do art.7.º do Código do Imposto sobre os veículos motorizados, aprovados pelo Dec. Lei nº13/93

Dec. Lei nº85/93 de 31/12/1993, DR nº17 (9ºS), Actualiza as tabelas de emolumentos do Registo Civil, Predial, Comercial, Automóvel e Notariais.

Dec. Lei nº86/93 de 31/12/1993, DR nº17 (9ºS), Institui o regulamento da Taxa Militar, que faz parte integrante deste diploma como anexo I.

Dec. Lei nº1/94 de 28/02/1994, DR nº2, Fixa as normas que passarão a reger a reforma antecipada.

Dec. Lei nº2/94 de 28/02/1994, DR nº2, Procede a modernização da Administração Pública no âmbito das reformas económicas.

Dec. Lei nº4/94 de 31/03/1994, DR nº3, Cria uma linha de crédito de apoio a pesca, denominado Fundo de Desenvolvimento da Pesca Artesanal, abreviadamente, «FDPA».

Dec. Lei nº6/94 de 31/03/1994, DR nº4, Decreta a Conferência de Mesa Redonda de S.Tomé e Príncipe em Génève, no tocante ao alívio da dívida externa e ao seu respectivo refinanciamento.

Dec. Lei nº7/94 de 27/05/1994, DR n.º5, Abre dois créditos especiais da importância total de db.119.450.000,00

Dec. Lei nº8/94 de 27/05/1994, DR n.º5, Cria o Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça, Administração Pública, abreviadamente - CIR.

Dec. Lei nº11/94 de 15/06/1994, DR nº6 (2ºS), Extingue a Empresa Rosema, Empresa Estatal, criada ao abrigo do art.3º do Dec.Lei nº049/82 de 31 de Dezembro.

Dec. Lei nº12/94 de 15/06/1994, DR nº6 (2ºS), É transformado o património activo da extinta Empresa Rosema, Empresa Estatal, em sociedade comercial denominada Sociedade Cervejeira Rosema, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada.

Dec. Lei nº16/94 de 30/06/1994, DR nº7, Adota o Plano OCAM de Contabilidade Geral das Empresas e das Obrigações na matéria contabilística.

Dec. Lei nº17/94 de 30/06/1994, DR nº7, Organiza as profissões liberais de Revisor Oficial de Contas ou de Contabilista.

Dec. Lei nº18/94 de 30/06/1994, DR nº7, Cria o serviço Nacional de Estradas, denominado abreviadamente por SENAÉ, para garantir o desenvolvimento da rede nacional de estradas e caminhos.

Dec. Lei nº19/94 de 30/06/1994, DR nº7, Cria o Fundo Rodoviário como suporte financeiro do Serviço Nacional de Estradas, SENAÉ, constituído pelo Dec.Lei nº 18/94

Dec. Lei nº22/94 de 01/10/1994, DR n.º10, Institucionaliza o Instituto para o Desenvolvimento Económico e Social, abreviadamente designado pela sigla «INDES», como uma identidade jurídica de direito público.

Dec. Lei nº25/94 de 02/09/1994, DR nº13, Institucionaliza a Comissão Nacional de S.Tomé e Príncipe para a Unesco.

Dec. Lei nº27/94 de 09/11/1994, DR nº17, Adota na RDSTP, a Nomenclatura do sistema harmonizado de designação e de codificação de mercadorias.

Dec. Lei nº32/94 de 28/12/1994, DR nº18, Procede a classificação das estradas na RDSTP.

Dec. Lei nº37/94 de 29/12/1994, DR nº19, Estabelece os princípios a que obedece a organização dos serviços autárquicos.

Dec. Lei nº38/94 de 29/12/1994, DR nº19, Cria sob a tutela da Escola de Formação e Superação de Quadros Docentes, do Ministério da Educação, Juventude e Desporto, o curso de formação de professores de português / francês do Ensino Secundário.

Dec. Lei nº39/94 de 29/12/1994, DR nº19, Aprova o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Segurança Social.

Dec. Lei nº53/94 de 30/12/1994, DR 0º20 (5ºS), Aprova o Código das Custas Judiciais.

Dec. Lei nº1/95 de 31/01/1995, DR nº2, Dá instruções sobre a realização das despesas públicas enquanto não se aprove o Orçamento Geral do Estado para 1995.

Dec. Lei nº2/95 de 12/04/1995, DR nº4, Autoriza o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para, em nome do Governo da República Democrática de S.Tomé e Príncipe contrair junto do Banco Europeu de Investimento, com Sede em Boulevard Konrad Adenauer n.º 100, Luxemburgo, um empréstimo equivalente a ECU 5.600.000 (cinco milhões e seiscentos mil ECUS).

Dec. Lei nº6/95 de 26/05/1995, DR nº7, Actualiza a importação e exportação das mercadorias mencionadas em anexo e passa a ser tributadas, na sua importação pelas taxas aduaneiras nele indicadas.

Dec. Lei nº7/95 de 26/05/1995, DR nº7, Cria no Ministério dos Assuntos Económicos uma Unidade de Coordenação do Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar, abreviadamente designada por UCP.

Dec. Lei nº17/95 de 20/06/1995, DR nº9, Actualiza o subsídio a atribuir aos quadros docentes que desenvolvem actividades sem regime de horas extraordinárias e suplementos oficiais de ensino.

Dec. Lei nº20/95 de 15/08/1995, DR nº10, Dá nova redacção ao art.4º do Dec.Lei nº38/94 que criou o Curso de Formação de Professores de Português e Francês do Ensino Secundário.

Dec. Lei nº34/95 de 17/11/1995, DR n.º12, Institucionaliza o Centro Hospitalar de S.Tomé, abreviadamente designado por CHST.

Dec. Lei nº52/95 de 18/12/1995, DR nº14, Transforma a Empresa dos Transportes Colectivos e Marítimos em sociedade anónima, passando denominar-se Transcolmar, S.A.

Dec. Lei nº53/95 de 26/12/1995, DR nº15, Aprova as Pautas Aduaneiras de Importação e Exportação anexas a este diploma e que contêm as diferentes imposições a serem cobradas pelas Alfândegas, devidas pela entrada e saída de mercadorias no País.

Dec. Lei nº54/95 de 26/12/1995, DR n.º15, Cria a taxa informática, a ser cobrada pelos serviços públicos que disponham de sistema informatizado.

Dec. Lei nº56/95 de 31/12/1995, DR nº15 (2ºS), Procede à actualização dos subsídios, de forma assegurar a presença efectiva dos professores nos respectivos postos de trabalho.

Dec. Lei nº57/95 de 31/12/1995, DR nº15 (2ºS), Amnistia todas as infracções de natureza tributária, cometida até 30 de Junho de 1995 e cuja multa fixada não exceda db\$.5.000,00.

Dec. Lei nº58/95 de 31/12/1995, DR nº15 (2ºS), Revoga o Diploma Legislativo nº2, de 20 de Janeiro de 1925, bem como todos os diplomas complementares posteriores que o actualizam, exclusivamente na parte que respeita ao regime legal da Constituição Industrial Fixa.

Dec. Lei nº61/95 de 31/12/1995, DR nº15 (3ºS), Institui na RDSTP um regime franco definido pelas disposições do presente Dec.Lei.

Dec. Lei nº62/95 de 31/12/1995, DR nº15 (3ºS), Estabelece regras específicas relativas à criação, matrícula e o funcionamento dos Bancos Offshore.

Dec. Lei nº64/95 de 31/12/1995, DR nº15 (4ºS), Institucionalização do regime democrático confere um novo papel às Forças Armadas na

Defesa Nacional, na Integridade Territorial e no respeito das instituições democráticas.

Dec. Lei nº65/95 de 31/12/1995, DR nº15 (4ºS), Organiza as nossas Forças Armadas, para que elas estejam em condições de desempenhar o seu papel de componente militar da Defesa Nacional.

Dec. Lei nº70/95 de 31/12/1995, DR nº15 (7ºS), Estabelece regras específicas relativas à constituição, matrícula e funcionamento de Sociedades Anónimas Offshore.

Dec. Lei nº74/95 de 31/12/1995, DR nº15 (9ºS), Regulamenta o controlo de benefícios fiscais.

Dec. Lei nº75/95 de 31/12/1995, DR nº15 (9ºS), Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrícola, abreviadamente designado pela sigla FNDA.

Dec. Lei nº1/96 de 22/01/1996, DR nº1, Restitui a Auspício Cardoso Lemos e Menezes o direito de propriedade sobre os seguintes prédios urbanos confiscados pelo Dec.Lei n.º 14/82

Dec. Lei nº7/96 de 20/02/1996, DR nº2, Regulariza a situação do terreno onde se encontram as obras de construção de retransmissão da Rádio Voz de América.

Dec. Lei nº15/96 de 31/07/1996, DR nº7, Desanexa do Cofre Geral de Justiça, o Cofre Geral dos Tribunais, criado pelo Dec.Lei nº45738, de 28 de Maio de 1964, publicado no Boletim Oficial n.º 26 de 25 de Junho de 1964.

Dec. Lei nº23/96 de 29/08/1996, DR nº8, Aprova os Estatutos da Empresa Nacional de Combustíveis e Óleo, ENCO.

Dec. Lei nº24/96 de 29/08/1996, DR nº8, Actualiza as taxas que vêm sendo cobradas pelo Serviço de Migração e Fronteira.

Dec. Lei nº25/96 de 29/08/1996, DR nº8, Revoga o Dec.Lei n.º 44/88, publicado no Diário da República n.º 28 de 23 de Dezembro,

bem como os anexos que dele fazem parte integrante e, consequentemente, extingue a Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada "SONOMAR".

Dec. Lei nº33/96 de 18/09/1996, DR nº9, Autoriza o Ministério das Finanças e Planeamento, através da Direcção de Finanças, para em nome e em representação do Governo, contrair junto do Banco Central de S.Tomé e Príncipe um crédito até ao montante máximo de 13,5 biliões de dobras.

Dec. Lei nº36/96 de 18/09/1996, DR nº12, Autoriza o Conselho Especial de Privatização a negociar e contratar a transferência de propriedade das participações do Estado no capital social das sociedades comerciais Cerâmica de S.Tomé, Confeccções Água Grande, Lda, Cunha Gomes (S.Tomé) SA, e Loja Franca,Lda.

Dec. Lei nº40/96 de 29/10/1996, DR n.º13, Dá ajuste da forma de tributação dos rendimentos gerados pelas actividades imobiliários.

Dec. Lei nº41/96 de 29/10/1996, DR nº13, Cria uma conta para gestão da dívida pública interna e respectivas sub contas.

Dec. Lei nº42/96 de 29/10/1996, DR nº13, Autoriza o Banco Central de S.Tomé e Príncipe a proceder à emissão de notas para circulação corrente no País no total de dbs.87.500.000.000,00.

Dec. Lei nº43/96 de 29/10/1996, DR nº13, Autoriza o Banco Central de S.Tomé e Príncipe a proceder a cunhagem de moedas para circulação corrente no País no total de dbsA.850.000.000,00.

Dec. Lei nº46/96 de 29/10/1996, DR 0º14, Dá nova redacção a alínea a) do art.7º do Dec.Lei n.º 59/80.

Dec. Lei nº47/96 de 25/11/1996, DR nº14, Dá nova redacção a alínea a) do mi.7º do Dec.Lei nº 59/80.

Dec. Lei nº55/96 de 29/11/1996, DR nº14 (5ºS), Adopta medidas de prevenção e controlo da qualidade sal para consumo humano e dos animais.

Dec. Lei nº72/96 de 23/12/1996, DR nº17, Extingue a Empresa de Seguros e Resseguros, denominada "COMPENSADORA".

Dec. Lei nº78/96 de 23/12/1996, DR nº17 (S), Dá nova redacção ao segundo parágrafo do Preâmbulo do Dec.Lei nº 7/96

Dec. Lei nº85/96 de 31/12/1996, DR nº18 (S), Altera o nº2 do art. 4º do Dec.Lei nº 32/90.

Dec. Lei nº86/96 de 31/12/1996, DR nº18 (S), Regulamenta as actividades e o licenciamento de radiodifusão e radiotelevsão privada.

Dec. Lei nº89/96 de 31/12/1996, DR nº18 (2ºS), Cria a Lei Orgânica das Secretarias Judiciais e define o Estatuto dos funcionários judiciais.

Dec. Lei nº90/96 de 31/12/1996, DR nº18 (3º8), Estabelece a necessidade da participação da população nos custos dos cuidados prestados.

Dec. Lei nº11/97 de 31/07/1997, DR nº6, Integra o Ensino Superior no Sistema Nacional de Educação.

Dec. Lei nº18/97 de 04/08/1997, DR nº6 (S), Define as características das notas e moedas a entrar em circulação.

Dec. Lei nº19/97 de 04/08/1997, DR nº6 (S), Dá nova redacção ao art.1º,nº2, e o art.5º, n.ºs 2 e 3, da Lei Monetária, aprovados pelo Dec.Lei nº 28/77.

Dec. Lei nº25/97 de 07/08/1997, DR nº6 (2ºS), Altera os impostos das mercadorias constantes da Tabela I, anexa ao Dec.Lei nº 20/76, de 30 de Junho.

Dec. Lei nº31/97 de 13/10/1997, DR nº10, Fixa aos herdeiros de António Emídio Correia de Oliveira, uma indemnização na quantia

de db\$167.000.000,00, a pagar pelo Estado santomense, pela expropriação do edifício - sede da CNPC.

Dec. Lei 0°32/97 de 13/10/1997, DR 0°10, Decreta a liquidação da Caixa Nacional de Poupança e Crédito (CNPC), criado pelo Dec.Lei n.° 6/93.

Dec. Lei n°35/97 de 15/10/1997, DR n°11, Autoriza as Direcções de Finanças e do Ordenamento do Território e do Meio Ambiente a procederem à permuta de um lote de terreno em Laranjeira, ex-freguesia da Madalena, distrito de Mé-Zochi.

Dec. Lei n°36/97 de 15/10/1997, DR n°11, Expropria prédios rústicos em Laranjeira, ex-freguesia da Madalena, distrito de Mé-Zochi.

Dec. Lei n°37/97 de 15/10/1997, DR n°11, Cria alguns serviços na dependência do Primeiro Ministro.

Dec. Lei n°38/97 de 15/10/1997, DR n°11, Cria a Direcção Geral de Trabalho sobre a tutela directa do Ministro da Justiça, Trabalho e Administração Pública.

Dec. Lei n°40/97 de 16/10/1997, DR n°11 (S), Actualiza certos subsídios para os agentes docentes dos diferentes níveis do Ensino Público.

Dec. Lei n°41/97 de 30/10/1997, DR n°11 (2°S), Procede-se à alteração do art.2° do Dec.Lei n.° 40/97.

Dec. Lei n°56/97 de 15/12/1997, DR n°15 (S), Aprova o acordo de crédito, celebrado em Viena-Áustria, a 19 de Fevereiro de 1997, entre a RDSTP e o Fundo OPEC para o Desenvolvimento Internacional (OPEC Fund), com vista ao financiamento do "Projecto Água Moreira 4.

Dec. Lei n°57/97 de 15/12/1997, DR n°15 (S), Aprova o acordo de crédito, celebrado em Viena-Áustria, a 19 de Fevereiro de 1997, entre a RDSTP e o Fundo OPEC para o Desenvolvimento

Internacional (OPEC Fund), com vista ao financiamento do "Projecto de Aquisição de 2 grupos geradores.

Dec. Lei nº58/97 de 15/12/1997, DR nº15 (S), Extingue a Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos, "ENCO".

Dec. Lei nº63/97 de 31/12/1997, DR nº17, Autoriza o Ministro do Plano e Finanças a contrair junto do Banco Central um crédito no montante de db\$. 8.000.000.000,00.

Dec. Lei nº64/97 de 31/12/1997, DR nº17 (S), Aprova o novo regime de emissão e de titularidade dos passaportes Diplomático e Especial e Serviço.

Dec. Lei nº14/98 de 22/06/1998, DR nº5, Altera o nº 1 do art. 120º do Código Sanitário aprovado pelo Dec.Lei nº 59/80.

Dec. Lei nº15/98 de 22/06/1998, DR nº5, Estabelece normas regulamentares para transportes colectivos rodoviários.

Dec. Lei nº28/98 de 19/08/1998, DR nº8, Aprova as tabelas de emolumentos e taxas de reembolso dos diversos serviços da Administração Central do Estado.

Dec. Lei nº34/98 de 29/12/1998, DR nº16, Decreta a liquidação da Empresa Nacional de Medicamentos "ENAMED".

Dec. Lei nº35/98 de 29/12/1998, DR nº16, Decreta a liquidação da ENCAR, E.E., Empresa de Transformação de Carnes, Empresa Estatal. Dec. Lei nº36/98 de 29/12/1998, DR nº16 (S), Atribui ao pessoal docente aumento salarial.

Dec. Lei nº37/98 de 29/12/1998, DR nº16 (S), Fixa algumas novas designações ao efectivo dos quadros da Polícia Nacional.

Dec. Lei nº40/98 de 30/12/1998, DR nº16 (3ºS), Fixa em 1 % o emolumento devido em contractos que envolvam despesas de Estado.

Dec. Lei nº41/98 de 30/12/1998, DR nº16 (3ºS), Fixa o regime provisório de suplemento remuneratório dos funcionários e agentes de sistema nacional de saúde.

Dec. Lei nº44/98 de 30/12/1998, DR nº16 (4ºS), Cria o Instituto Nacional de Aviação Civil "INAC".

Dec. Lei nº47/98 de 31/12/1998, DR nº17 (S), Regula as condições de acesso da actividade seguradora e estabelece as regras de funcionamento de respectivo mercado.

Dec. Lei nº48/98 de 31/12/1998, DR nº17 (2.ºS), Procede à alienação das casas das Empresas Agrícolas.

Dec. Lei nº51/98 de 31/12/1998, DR nº17 (5ºS), Adota a Iniciativa de Bamako.

Dec. Lei nº52/98 de 31/12/1998, DR nº17 (5º), Cria o Fundo Nacional de medicamentos "FNM".

Dec. Lei nº53/98 de 31/12/1998, DR nº17 (6ºS), Aprova a carreira de enfermagem.

Dec. Lei nº54/98 de 31/12/1998, DR nº17 (6ºS), Aprova a carreira de técnicos diagnóstico e terapêutica.

Dec. Lei nº21/99 de 28/09/1999, DR nº10, Expropria por interesse público o prédio urbano registado na Matriz Predial Urbana da freguesia da Conceição, do Conselho de S.Tomé.

Dec. Lei nº22/99 de 28/09/1999, DR nº10, Regulamenta o exercício da docência de cidadãos de língua oficial Portuguesa na RDSTP.

Dec. Lei nº32/99 de 25/10/1999, DR nº11, Adapta a legislação cambial aos princípios da economia nacional.

Dec. Lei nº33/99 de 30/11/1999, DR nº12, Restitui à Caixa Económica de S.Tomé o direito de prosperidade sobre o prédio urbano inserto na Matriz Predial Urbano da freguesia da Conceição sob o nº 1190.

Dec. Lei nº73/99 de 31/12/1999, DR nº17 (S), Concede uma compensação pecuniária aos residentes desalojados da Aldeia de Algés no sítio de Pinheira.

Dec. Lei nº1/00 de 28/01/2000, DR nº1, Aprova as novas taxas e sobretaxas de importação.

Dec. Lei nº7/00 de 24/10/2000, DR nº8, Estabelece as normas a que deve obedecer o 3º Recenseamento Geral da População e da Habitação.

Dec. Lei nº12/00 de 28/12/2000, DR nº9 (S), Aprova as regras sanitárias exportação de produtos de pesca para o mercado europeu.

Dec. Lei nº13/00 de 28/12/2000, DR nº9 (2ºS), Regula as condições em que as dívidas de natureza fiscal cujo prazo de cobrança voluntária tenha terminado até 31 de Dezembro de 1999 podem ser objecto de medidas excepcionais.

Dec. Lei nº14/00 de 28/12/2000, DR nº9 (4ºS), Regula as condições em que as dívidas de natureza fiscal cujo prazo de cobrança voluntária tenha terminado até 31 de Dezembro de 1999 podem ser objecto de medidas excepcionais.

Dec. Lei nº15/00 de 28/12/2000, DR nº9 (4ºS), Decreta a Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Dec. Lei nº16/00 de 28/12/2000, DR nº9 (4ºS), Decreta a Orgânica do Ministério do Planeamento e Finanças.

Dec. Lei nº17/00 de 28/12/2000, DR nº9 (4ºS), Decreta a Orgânica do Ministério da Economia.

Dec. Lei nº18/00 de 28/12/2000, DR nº9 (4ºS), Decreta a Orgânica do Ministério da Educação e Cultura

Dec. Lei nº19/00 de 28/12/2000, DR nº9 (4ºS), Decreta a Orgânica do Ministério das Infra-Estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

Dec. Lei nº20/00 de 28/12/2000, DR nº9 (4ºS), Decreta a Orgânica do Ministério da Saúde e Desporto.

Dec. Lei nº21/00 de 28/12/2000, DR nº9 (4ºS), Decreta a Orgânica do Ministério da Administração Interna e do Território.

Dec. Lei nº26/00 de 28/12/2000, DR nº9 (5ºS), Adopta a Orgânica do Ministério da Defesa.

Dec. Lei nº27/00 de 28/12/2000, DR nº9 (5ºS), Fixa a percentagem a que se refere a alínea a) do n.º1 do Dec-Lei nº47/98.

Dec. Lei nº28/00 de 28/12/2000, DR n.º9 (5ºS), Dá nova redacção ao n.º1 dos artigos 15º, 17º e 64º, aos números 1 e 3 do art. 112º e ao art. 37º, todos do Dec.Lei nº 47/98.

Dec. Lei nº29/00 de 28/12/2000, DR nº9 (5ºS), Regulamenta a operação de microfilmagem a desenvolver pelas seguradoras.

Dec. Lei nº30/00 de 28/12/2000, DR nº9 (5ºS), Institui o seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel e define as bases gerais do seu regime jurídico.

Dec. Lei nº31/00 de 28/12/2000, DR nº9 (5ºS), Cria o Laboratório de Engenharia Civil de São Tomé e Príncipe (LECSTP).

Dec. Lei nº35/00 de 28/12/2000, DR nº9 (6ºS), Aplica o Imposto Sobre o Consumo aos serviços transaccionados.

Dec. Lei nº36/00 de 28/12/2000, DR nº9 (6ºS), Cria o regime de tributação dos rendimentos provenientes dos serviços de aluguer.

Dec. Lei nº1/01 de 26/02/2001, DR nº2, Atribui ao pessoal docente de todos os níveis de ensino subsídios de docências, de transporte, de horas extraordinárias e de horas de sábado.

Dec. Lei nº2/01 de 26/02/2001, DR nº2, Extingue o Instituto para Desenvolvimento Económico e Social «INDES».

Dec. Lei nº3/01 de 26/02/2001, DR nº2, Constitui a Agência Nacional de Execução de Projectos «ANEP».

Dec. Lei nº5/01 de 15/06/2001, DR nº5, Procede ajustes de salário e de alguns subsídios dos funcionários e agentes do Ministério da Saúde.

Dec. Lei nº9/01 de 09/08/2001, DR nº6 (2ºS), Cria em Taipei, capital da República da China, uma missão diplomática com a categoria de embaixada com jurisdição em todo o território da República da China.

Dec. Lei nº10/01 de 09/08/2001, DR nº6 (2ºS), Fixa a Zona Histórica da cidade de Santo António e a sua zona de protecção.

Dec. Lei nº11/01 de 09/08/2001, DR nº6 (2ºS), Fixa o dia e o momento de recolha de dados censitários, cria comissões de apoio e estabelece o método a ser utilizado.

Dec. Lei nº12/01 de 09/08/2001, DR nº6 (2ºS), Expropria, por interesse público, 10.253,50 m2 de terreno pertencente a vários proprietários privados, para efeitos de execução de projecto de reabilitação do Bairro Sucata/Lucumi.

Dec. Lei nº8/02 de 25/11/2002, DR nº8, Adota provisoriamente a nova tabela de índices salariais das remunerações aplicáveis aos regimes gerais da Administração Pública.

Dec. Lei nº2/04 de 18/06/2004, DR nº7, Aprova o Estatuto das Carreiras Médicas.

Dec. Lei nº3/04 de 18/06/2004, DR nº7, Cria o Conselho Nacional de Petróleo (CNP).

Dec. Lei nº15/04 de 30/12/2004, DR nº13 (5ºS), Aprova os Estatutos da Empresa Nacional da Administração dos Portos.

Dec. Lei nº16/04 de 30/12/2004, DR nº13 (8ºS), Aprova os Estatutos da Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea" ENASA"

Dec. Lei nº17/04 de 30/12/2004, DR nº13 (7ºS), Cria a Comissão Nacional para o Desenvolvimento "CND".

Dec. Lei nº2/05 de 03/06/2005, DR nº7, Autoriza a emissão de notas de Cem Mil Dobras.

Dec. Lei nº4/05 de 13/07/2005, DR nº12, Actualiza as taxas cobradas pelo Instituto Nacional de Aviação Civil

Dec. Lei nº6/05 de 01/08/2005, DR nº17, Altera o valor da taxa de licença para importação de bebidas alcoólicas.

Dec. Lei nº7/05 de 01/08/2005, DR nº17, Altera o valor de algumas taxas da tabela geral do Imposto de selo.

Dec. Lei nº8/05 de 01/08/2005, DR nº17, Altera a taxa do imposto sobre o consumo que incide sobre a venda de cerveja de produção local.

Dec. Lei nº9/05 de 01/08/2005, DR nº17, Altera a taxa do imposto sobre o consumo de prestação de serviço.

Dec. Lei nº10/05 de 15/08/2005, DR nº19, Aprova a nova estrutura salarial do pessoal docente e não docente do ISPSTP.

Dec. Lei nº11/05 de 15/08/2005, DR nº19, Actualiza o subsídio de horas extras atribuído ao pessoal docente de todos os níveis do ensino secundário e concede um complemento salarial ao pessoal serventuário de todos os níveis de ensino.

Dec. Lei nº14/05 de 24/08/2005, DR nº22, Cria a autoridade geral de regulação da República Democrática de São Tomé e Príncipe, abreviadamente designada por AGER.

Dec. Lei nº25/05 de 07/11/2005, DR nº31, Aprova o Código de Procedimento Administrativo.

Dec. Lei nº22/05 de 08/11/2005, DR nº32, Cria a Instituição denominada "Universidade Lusíadas de São Tomé e Príncipe".

Dec. Lei nº23/05 de 08/11/2005, DR nº32, Cria a Contribuição Monetária de Integração abreviadamente designada "CCI".

Dec. Lei nº24/05 de 08/11/2005, DR nº32, Autoriza o Instituto de Aviação Civil a cobrar em moeda estrangeira algumas taxas pelas categorias dos serviços prestados.

Dec. Lei nº26/05 de 15/11/2005, DR nº33, Cria o Instituto Nacional de Estradas (denominado abreviadamente INAE).

Dec. Lei nº28/05 de 15/11/2005, DR nº33, Cria o Fundo Rodoviário Nacional, denominado abreviadamente FRN.

Dec. Lei nº30/05 de 30/12/2005, DR nº38, Atribui a cada Funcionário Público o subsídio de Natal.

Dec. Lei nº3/06 de 06/02/2006, DR nº3, Dá nova redacção ao artigo 15.º do Regulamento sobre as actividades e licenciamento da radiodifusão sonora e Televisão

Dec. Lei nº7/06 de 26/04/2006, DR nº13, Fixa o regime de indemnização e do enquadramento económico e social dos trabalhadores licenciados das Empresas Públicas.

Dec. Lei nº8/06 de 26/04/2006, DR nº13, Procede a revisão dos direitos e das sobretaxas aplicáveis aos combustíveis importados

Dec. Lei nº45/06 de 20/10/2006, DR nº37, Põe à venda pública parte das acções da STP - AIRWAYS.

Dec. Lei nº46/06 de 20/10/2006, DR nº37, Revoga o Decreto n.º 45/98, de 05 de Novembro.

Dec. Lei nº47/06 de 20/10/2006, DR nº37, Concede a STP-AIRWAYS, o estatuto de companhia de bandeira e detentora dos direitos de tráfego aéreo na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dec. Lei nº48/06 de 20/10/2006, DR nº37, Cria no quadro do PAPAFA o Fundo de Desenvolvimento das Infra-estruturas Comunitárias.

Dec. Lei nº49/06 de 20/10/2006, DR nº37, Cria a Unidade de Coordenação do PAPAFA.